

Mercado de Trabalho e Desigualdades Regionais no Brasil

Alexandre de Freitas Barbosa¹

No presente texto, analisamos primeiramente, de forma sintética, como a questão das desigualdades regionais é concebida pelas visões liberal, estruturalista e demais enfoques teóricos. Em seguida, discutimos a experiência brasileira no que se refere à concentração produtiva e à evolução das disparidades de renda per capita regionais, inserindo neste quadro o mercado de trabalho. Finalmente, e partindo do pressuposto de que a questão regional encontra-se atada à realidade urbana, centramos o foco na evolução do mercado de trabalho para as principais metrópoles brasileiras no período recente.

Duas hipóteses norteiam o texto. A primeira assume que a configuração espacial específica tanto da estrutura econômica como do tecido social, ao longo do território nacional, possui um papel relevante para a conformação regional do mercado de trabalho. A segunda hipótese procura mostrar que, para se compreender a relação entre disparidades regionais e mercado de trabalho, faz-se necessário alargar o escopo da primeira hipótese, concebendo as diferenças e hierarquias econômicas inter-metropolitanas e entre cada região metropolitana e o restante do seu espaço regional.

1. Introdução: O Debate sobre a Questão Regional no Brasil

O debate sobre as desigualdades regionais marcou o pensamento econômico e social brasileiro a partir dos anos 50 do século XX. Ainda que estas desigualdades possam encontrar suas raízes na segunda metade do século XIX, a sua consciência, explicitada pela necessidade de ação pública e mobilização social, viria muito depois. Tornou-se então lugar comum a noção de vários Brasis, de um Sudeste dinâmico e poderoso e de um Nordeste atrasado e frágil. A questão regional era então sinônimo de problema do Nordeste. Ou, posto de outra forma, o Nordeste era a região-problema.

A partir dos anos 70, com a descentralização da produção industrial, inclusive motivada por investimentos de empresas estatais, gastos públicos e incentivos fiscais, o Nordeste revelou o seu lado moderno, até então adormecido nas análises sociais. Paralelamente, discutia-se a marginalidade urbana na metrópole de São Paulo, caracterizada pela concentração das atividades de maior valor agregado do país. O cenário das análises regionais tornava-se mais embaralhado.

Os anos 80 de estagnação e os 90 de reformas estruturais acentuaram a complexidade da problemática regional. A queda relativa e absoluta do emprego industrial nas metrópoles mais dinâmicas, especialmente São Paulo, casou-se com a emergência de pólos de desenvolvimento nos estados do Centro-Sul e inclusive em estados até então tidos por atrasados. Situações intermediárias tornaram-se cada vez mais frequentes. As oposições

¹ O autor é Doutor em Economia Social e do Trabalho pela UNICAMP e pesquisador do CEM/CEBRAP. As tabelas e gráficos com base na PME/IBGE e RAIS/MTE foram elaborados com base nos dados organizados por Alexandre Abdal e Bruno Komatsu. Este texto tomou como base a versão preliminar de parte do relatório final da pesquisa CEBRAP/FINEP, concluída no primeiro trimestre de 2008.

entre urbano/rural, moderno/tradicional e Sudeste/Nordeste aos poucos perdiam o seu potencial explicativo.

O quadro tornou-se tão complexo, que vários autores passaram a questionar até mesmo a importância das políticas regionais. Para estes, as diferenças regionais refletiriam tão-somente os diferenciais de produtividade e de disponibilidade de capital humano. Por outro lado, os defensores destas políticas muitas vezes superdimensionaram a dimensão regional, priorizando as ações desenvolvidas nos chamados arranjos produtivos locais, renovando uma certa crença no *small is beautiful* ou de que o crescimento “vem de baixo” e depende fundamentalmente da capacidade articuladora dos atores sociais.

Estas duas visões não devem ser totalmente negligenciadas, pois trazem aportes e contribuições para a formulação de políticas públicas universais e descentralizadas, espalhando-se pelo território nacional, de preferência se concentradas nas regiões de menores recursos econômicos e sociais.

Porém, duas questões de especial relevância têm sido deixadas de lado no atual debate. Em primeiro lugar, a noção de que a nação é mais do que uma colcha de retalhos entre regiões e espaços urbanos e rurais. Existiria assim um elo a segmentar e hierarquizar estas áreas geográficas, fazendo-se, portanto, necessário destrinchar as suas dimensões econômicas e políticas.

Em segundo lugar, não se tem discutido de forma rigorosa a relação entre as desigualdades regionais e a conformação específica dos mercados de trabalho metropolitanos e regionais (Guimarães Neto e Galindo, 1990). Ora, se é verdade que, a partir da nacionalização do mercado de trabalho, de 30 em diante, o espaço de valorização do capital e de circulação de mão-de-obra passou a abarcar o território nacional, não se pode negligenciar que especificidades regionais marcantes se fizeram sentir nos níveis de renda, de qualificação e de estrutura ocupacional.

Se não se pode falar de mercados de trabalho regionais plenamente segmentados, não parece plausível desconsiderar a emergência de configurações sociais específicas em cada região, ao menos em parte condicionadas pela sua forma de inserção na dinâmica econômica nacional e pelo tipo de atuação do Estado, fatores que por sua vez dependem da natureza das relações mantidas entre o país e a economia internacional.

Esta relação entre desigualdades regionais e conformações específicas dos mercados de trabalho metropolitanos e locais certamente foi alterada nos anos 90, já que os parâmetros estruturais - atuação do Estado, dinâmica econômica nacional e inserção externa - passaram por uma reconfiguração radical. Contudo, poucos estudos se dispuseram a superar a dicotomia concentração/desconcentração para abordar a questão regional por este prisma mais amplo - uma exceção importante é o estudo de Pacheco (1998) - talvez pela insuficiência das abordagens teóricas predominantes.

2. A Visão Liberal

As duas questões acima propostas – a problemática da integração nacional no plano produtivo e o papel das desigualdades regionais como condicionante da conformação do trabalho nos vários espaços regionais - são geralmente desprezadas pela análise liberal. E quando não o são, aparecem de forma dissociada uma da outra.

Vejam de forma sintética a explicação do problema regional segundo os autores filiados a esta tradição teórica. Em primeiro lugar, a principal diferença entre a economia regional nas suas relações com o espaço nacional e a nacional nas suas relações com o resto do mundo encontra-se na mobilidade do fator trabalho. Isto porque, ao contrário do trabalho, o capital é encarado como móvel em ambos os casos.

Adicionalmente, costuma-se separar duas dimensões do problema regional (Azzoni, 2002): de um lado, há a diferença de renda *per capita* entre regiões; e de outro, o problema de como a produção é distribuída entre as regiões. Na verdade, a questão da desigualdade é vista como natural, dado que as dotações regionais de fatores produtivos levam à maior ou menor concentração regional da produção.

Em síntese, supondo-se plena mobilidade do fator trabalho, não há porque existirem diferenças de renda *per capita*, a não ser que ocorram diferenças de atributos entre as regiões. Ou posto de outra forma, a existência de diferenças regionais – tanto estáticas quanto dinâmicas – refere-se a distintas distribuições de fatores produtivos entre elas.

Mas como explicar então a manutenção de abissais disparidades de renda *per capita* entre as regiões, muito maiores inclusive que os diferenciais de salários? Ora, os desníveis salariais em atividades similares podem ser explicados pelos diferenciais de produtividade e pelos custos fixos envolvidos na mudança de residência os trabalhadores. Já os níveis de renda *per capita* teriam a ver com “as características dos indivíduos que moram na região e não da região em si”. As pessoas podem até embutir os condicionantes do meio, mas isto em nada altera o fato de que uma menor qualificação acarrete níveis inferiores de produtividade. Algumas atividades econômicas e setores produtivos, especialmente aqueles mais intensivos em mão-de-obra qualificada, não teriam qualquer incentivo para se transferirem para as regiões mais pobres.

Desta forma, o espaço é considerado como elemento passivo e atemporal, pois que não relacionado, tal como quer Milton Santos (2005a), com as ondas anteriores de expansão econômica que articularam os vários pontos do espaço de forma sincrônica, mas não no mesmo ritmo, ou seja, preservando elementos diacrônicos.

Quanto à questão da concentração da produção, trata-se aqui do “genuíno problema regional”, de acordo com os neoclássicos (Pessoa, 1999). Origina-se das economias de aglomeração, geralmente atenuadas pelos meios de transporte. Fatores econômicos (deseconomias de aglomeração) ou extra-econômicos (políticos) poderiam levar a uma desconcentração produtiva, a qual somente faria sentido, se estivesse relacionada com uma melhoria da qualidade dos ativos locais, propiciando espontaneamente a mobilidade de capital para as regiões de menor renda *per capita*.

Cabe aqui uma questão: ao se romper com a dissociação entre concentração da produção e desigualdades regionais em termos de renda per *capita*, não se poderia cogitar que uma alteração da primeira – mesmo sem causar problemas em termos de alocação de recursos – acarretasse mudanças nas desigualdades entre as regiões de um país? Esta hipótese assume a possibilidade de arranjos espaciais mais produtivos e eficientes (Santos, 2003).

Porém, tal pergunta não se coloca para os liberais, primeiro porque a transformação não pode ser induzida – dependendo da espontânea interação entre economias e deseconomias de aglomeração (Tinoco, 2007).

E, segundo, porque os neoclássicos partem da separação entre teoria da localização industrial e a macroeconomia inter-regional. Assume-se, no dizer de Richardson (1973), que as regiões são subespaços da economia nacional cujas taxas de crescimento podem ser decompostas a partir desta. Caso se partisse do raciocínio oposto, o crescimento seria orientado pelo lugar – o que parece óbvio, já que cada parte do produto nacional deve ter uma origem locacional própria - e a dinâmica das interações e dos fluxos inter-regionais resultariam na expansão nacional do produto.

Porém, como afirmam Scott e Storper (2003), a questão regional foi silenciada em grande parte da literatura sobre desenvolvimento, perdendo-se de vista os fundamentos geográficos do crescimento econômico e a própria noção de “interdependências locacionais” como estratégicas para a persistência da eficiência econômica.

Um aspecto interessante apontado pelos liberais é o de que uma política de desconcentração produtiva pode acarretar inclusive uma piora na distribuição interpessoal da renda. Estaria-se assim “retirando recursos dos pobres que vivem na região rica e transferindo-os aos ricos da região pobre” (Pessoa, 1999 e Menezes Filho, 2008).

De fato, quando se analisam os dados de renda média Pnad/IBGE, verifica-se que a desigualdade entre a região mais rica e a mais pobre para os primeiros decis da distribuição é bem mais pronunciada do que nos últimos decis. Ou seja, no Brasil, a desigualdade de renda entre os ricos das várias regiões é bem menor do que no caso dos segmentos mais pobres, onde esta diferença se afigura mais elevada (Paes de Barros, Mendonça e Duarte, 1997).

Como decorrência, as desigualdades de renda internas às regiões – mais pronunciadas nas regiões mais pobres - seriam mais importantes do que as inter-regionais. Mas como se explica tal fato? Ora, esta maior desigualdade do Nordeste, por exemplo, decorreria do menor estoque de capital humano (Menezes Aquino, 2008).

Duas questões passam ao largo desta análise. Em primeiro lugar, não se cogita a existência de alguma relação entre as regiões no âmbito do espaço econômico nacional, que explique, ainda que parcialmente, a maior concentração de renda na região mais pobre do que naquela mais rica. Ou seja, as regiões aparecem soltas no espaço, como economias fechadas, sem conexão entre si.

Principalmente até os anos 70, este diferencial de renda intra-regional cumpriu vários papéis, ao abrir espaço, por exemplo, a um fluxo ininterrupto de mão-de-obra do Nordeste para o Sudeste, impedindo o acompanhamento entre salários e produtividade na região mais rica. Além disso, o modelo de integração da região mais pobre na economia nacional, especialmente a partir dos anos 70, conferiria novas possibilidades, porém limitadas, de expansão de atividades modernas e das tradicionais intensivas em trabalho e recursos naturais na região mais pobre. Abriam-se novas possibilidades de expansão da riqueza produtiva no Nordeste, mas sem a transformação da sua estrutura social.

Segundo, a questão do capital humano parece funcionar como hipótese que exclui todas as demais. Como veremos adiante, os desníveis educacionais, especialmente da população ocupada, são menores do que se imagina. Paralelamente, uma questão de fundo não merece a devida atenção: a massificação do ensino fundamental e médio das últimas décadas teria reforçado o caráter bifurcado do sistema educacional - no qual os filhos dos pobres que cursam as escolas públicas possuem limitadas possibilidades de ascensão num mercado de trabalho restrito e disputado para os empregos de melhor qualificação. Em síntese, tanto nas regiões pobres como nas ricas, o sistema educacional reforça a desigualdade (Luna e Klein, 2007), ao invés de ser visto como o único e exclusivo responsável pela mesma.

Partindo, portanto, de uma análise dinâmica, em que exista, por exemplo, expansão econômica com elevação da produtividade, transformações setoriais e ativação de políticas sociais, pode emergir um cenário – caso se empreenda uma política de desenvolvimento regional - em que a redução das distâncias em termos de renda *per capita* seja acompanhada pela redução da desigualdade de renda intra e inter-regional. Tal cenário tampouco é levado em conta pelos autores neoclássicos que partem do pressuposto do crescimento equilibrado.

Em síntese, a visão liberal defende que o conceito de região somente possui utilidade econômica se for capaz de embutir os ativos das pessoas que aí residem. Paralelamente, a evidência da redução do diferencial entre duas regiões não é suficiente para provar que uma dada política regional se mostrou bem-sucedida (Pessoa, 1999). E mesmo que esta redução tenha trazido consigo melhoria do bem-estar social, a avaliação da sua eficiência apenas pode ser realizada se procedida uma análise do custo de oportunidade dos recursos públicos empregados nesta ação (Pessoa, 1999).

Vale ressaltar que esta visão admite a possibilidade de uma “armadilha de pobreza espacial”. Neste caso, um indivíduo de uma área pobre, mas com características idênticas a um outro situado numa área rica, pode apresentar retornos individuais menores, em virtude da precariedade do capital geográfico da primeira. Existiria, em tese, espaço para atuação do governo e das comunidades locais no sentido de reduzir o sub-investimento oriundo destas externalidades geográficas, proporcionando seja a melhoria da infra-estrutura ou incentivando a migração de trabalhadores mais qualificados da região mais pobres (Jalan e Ravallion, 1997).

A ênfase desta visão, como aponta Azzoni (2002), recai na defesa de políticas horizontais de melhora da distribuição dos ativos, especialmente em termos de capital humano entre as

regiões. Ou seja, são defendidas políticas específicas com viés regional, investindo-se mais recursos na educação e infra-estrutura das regiões mais pobres.

3. A Visão Estruturalista

O pressuposto estruturalista é oposto ao dos neoclássicos. Pode ser resumido pela seguinte frase de Milton Santos (2003): “no Brasil, a posição no espaço define o nível de renda”. Na prática, não se trata de algo exclusivo dos países subdesenvolvidos. Mas como por aqui os desníveis regionais se mostram especialmente elevados, tal enfoque acaba encontrando adeptos quase que por empirismo.

Não é o caso tampouco de ingressar num debate sem fim, sobre o que vem primeiro - o espaço ou pessoas que nele residem. O que importa é que, para os estruturalistas, de pouco adianta transformar os atributos pessoais, se as condições de reprodução e de inserção de cada sub-espaço no território nacional não são levadas em consideração.

Os pontos de partida metodológicos são dois. De um lado, empreende-se uma crítica à teoria neoclássica. Para além das suas limitações em termos de análise econômica, no que se refere à dimensão espacial, os custos de sua utilização seriam particularmente elevados. Isto porque premissas tais como pleno emprego, concorrência perfeita, funções de produção idênticas, estoque de capital homogêneo, retornos constantes e simetria de informações mostram-se totalmente restritivas no caso da análise regional.

Estas limitações impedem que a mobilidade inter-regional de fatores possa responder integralmente às diferenças nas taxas de retorno, de modo a equalizá-las. Além dos custos de mobilidade, não existe pleno conhecimento sobre as diversas possibilidades de rendimento do capital nas diversas regiões. Na verdade, as decisões locais de produção não podem ser explicadas por meio de uma suposta busca por maximização dos lucros (Richardson, 1973).

Adicionalmente, o espaço, ao ser influenciado pela história e por outros determinantes estruturais (inclusive não-econômicos) tende a se afirmar como cenário privilegiado para o processo de amplificação das desigualdades econômicas e sociais. Como afirmou Yves Lacoste (1966), “a geografia apresenta-se como resultado e prolongamento da história”.

Por outro lado, os estruturalistas partem do raciocínio intuitivo de que não existem forças corretoras, provenientes do mercado, ao processo de ampliação dos desníveis regionais. Causação circular cumulativa, heterogeneidade estrutural e o próprio conceito centro-periferia, quando aplicados internamente à nação, ilustram a concepção de mundo estruturalista. Deve-se, desta forma, acionar políticas no sentido de uma reordenação econômica e territorial, as quais tampouco podem ser vistas como mero desvio em relação a um suposto ponto de equilíbrio.

Mas pode-se colocar algo no lugar da economia sem espaço – ou deste encarado apenas como fricção da distância ou como equivalente a um cálculo entre renda de localização e custo de transporte - dos neoclássicos?

Para tanto, os estruturalistas apostam na noção de economia nacional, hierarquizada e desigual, encarando as decisões de produção do pólo como variável independente para se compreender a evolução da renda per capita das várias regiões do país. Nas palavras de Friedmann (1975), “o pólo e o sistema devem identificar-se”. Ou seja, o sistema não é um somatório de pólos e nem está possuído de uma essência encontrada em todas as suas partes. Existe uma hierarquia de pólos, a partir da qual se constitui uma matriz de regiões urbanas, vitais para a articulação do sistema econômico.

O caminho é justamente o oposto ao empreendido pelos teóricos liberais. Como se a economia regional fosse a pré-condição para se explicar uma dinâmica econômica desequilibrada e, portanto, a exigir algum tipo de intervenção estatal. Esmiucemos, de forma sintética algumas das concepções destes autores.

Gunnar Myrdal (1972), por exemplo, em lugar de uma realidade social pautada pelo equilíbrio estável, utiliza a hipótese de causação circular de todo processo cumulativo. No caso do desenvolvimento em escala nacional, mas também internacional, fatores econômicos se somam aos fatores não-econômicos, de modo a engendrar uma ampliação das desigualdades espaciais a partir do jogo das forças de mercado (Myrdal, 1972).

De forma sintética, uma combinação de efeitos propulsores, partindo do núcleo dinâmico, e de efeitos regressivos, acarretando movimentos de capital e de mão-de-obra provenientes das regiões menos avançadas, permitem uma modernização seletiva que não leva à homogeneização social. Isto se faz sentir especialmente nos países subdesenvolvidos onde os efeitos propulsores se afiguram menos poderosos (Myrdal, 1972). Não existe uma tendência à equalização das taxas de retorno dos fatores de produção, já que para o economista sueco, “o ritmo conta”, ou seja, os trabalhadores qualificados gravitam mais rapidamente em direção às aglomerações urbanas de salários mais elevados do que o capital em direção às regiões de salários mais baixos (Markusen, 2005).

Também nos anos 50, François Perroux (1975) caracterizaria a economia nacional como resultante da combinação de sistemas ativos – que englobam as indústrias motrizes ou dinâmicas, os pólos de crescimento e as atividades geograficamente aglomeradas – e de indústrias passivas e regiões dependentes. O dinamismo da expansão capitalista modificaria o conjunto da estrutura econômica, ampliando as disparidades inter-regionais. Segundo o autor, as empresas não se relacionam entre si apenas por intermédio dos mecanismos de preços, mas por meio da produção, dos gastos e das mudanças técnicas, gerando economias externas altamente dinâmicas.

Se a sua análise se mostra muito mais econômica do que espacial (Santos, 2003), ele não deixa de ressaltar a “a amarga verdade” de que “o crescimento não aparece em toda a parte ao mesmo tempo”. Ampliando este horizonte teórico, John Friedmann (1975) trata os pólos de crescimento como centros concentrados geograficamente que sediam o processo de criação e difusão de inovações não apenas técnicas e econômicas, mas também organizacionais, sócio-políticas e culturais.

O’Hirschman (1961) trataria de desenvolver alguns destes conceitos formulados por seus contemporâneos. Tal como eles, o processo de desenvolvimento não era detonado a partir

da alocação ótima dos fatores de produção disponíveis. Este dependia antes da capacidade de se mobilizar e coordenar recursos e aptidões disponíveis. Desta forma, o investimento produtivo atua a um só tempo como causa e efeito do desenvolvimento. O crescimento econômico não é previsível de antemão, assumindo uma natureza desequilibrada, pois que guiado pela cadeia de feitos induzidos pela expansão da oferta.

No seu entender, ao se analisar a concentração espacial do desenvolvimento, desnuda-se por completo o seu caráter desequilibrado. Ainda que partindo das mesmas concepções de Myrdal, O'Hischman (1961) acredita que a análise deste último superestima o papel da causação cumulativa, negligenciando o circuito econômico estabelecido entre as regiões de um país, que não necessariamente seguem uma fórmula prescrita. No entanto, caso não atuem forças políticas no sentido contrário ao da polarização, e prevaleça uma baixa elasticidade da oferta das regiões mais pobres e uma menor dependência das regiões mais ricas das demais, o “modelo” de Myrdal tende a prevalecer.

Esta visão logrou reunir numa mesma abordagem teórica os conceitos de retornos crescentes de escala e de economias externas. Como consequência, as regiões ricas adquiriam uma espécie de monopólio da produção industrial com relação às mais pobres. Se intuitivamente estes modelos pareciam estar “certos”, eles pecavam pela excessiva generalização.

Kaldor tentaria descrever a dinâmica do processo de ampliação das desigualdades, ao assimilar ao “modelo” a taxa de crescimento da demanda (fator exógeno) e o comportamento dos salários em relação com os níveis de produtividade (salário eficiência) nas várias regiões. Assumindo que os salários nominais crescem de forma proporcional em todas as regiões, aquelas com maior crescimento do produto, e portanto da produtividade, vêm decrescer a participação dos salários no produto, incrementando assim a acumulação (Richardson, 1973).

Em síntese, a distribuição da produção inter e intra-setorial atuaria de forma poderosa sobre as desigualdades de renda per *capita*. Ainda assim, não necessariamente as tendências de polarização-dispersão e de divergência-convergência caminham sempre no mesmo sentido. Uma maior dispersão pode inviabilizar, por exemplo, uma redução das diferenças em termos de renda per capita, se esta se dá num contexto de manutenção ou ampliação dos diferenciais de produtividade inter-regionais e de marcantes diferenças nas taxas de fertilidade. Ou ao contrário, a forte migração das regiões mais pobres para as mais ricas, junto com maiores transferências governamentais para as primeiras, pode viabilizar uma convergência relativa mesmo num contexto de aceleração da polarização (Richardson, 1973).

Entretanto, o enfoque estruturalista não desenvolve seu argumento plenamente no que diz respeito às configurações espaciais do mercado de trabalho em cada região. Ainda que admita a convivência de estruturas sociais distintas em diversos pontos da nação, não capta o conjunto das transformações processadas pela dinâmica produtiva desigual. No dizer de Lipietz (1983), nesta visão do espaço como sistema, a região aparece como produto das relações inter-regionais. O espaço não é dado - como no caso dos neoclássicos, onde as regiões aparecem como regiões de pobres ou de ricos - mas criado. Regiões pobres e ricas

se articulam num todo integrado e heterogêneo. Aquilo que se deveria explicar – o processo de polarização – aparece como ponto de partida, impedindo que se descortinem as relações sociais que engendram riqueza e pobreza de forma diferencial no espaço.

No que concerne ao mercado de trabalho, por exemplo, a maioria dos estudos dos estruturalistas trata apenas de uma análise comparativa da estrutura dos mercados de trabalho regionais, avaliando como respondem ao movimento dos ciclos econômicos (para um exemplo deste tipo de análise, ver Jatobá, 1989).

São poucos os estudos como o de Souza (1988), que foca o problema do emprego a partir dos efeitos da interdependência regional, ou de Kon (2000), que analisa os diferenciais de remuneração em cada região como relacionados às diferenças de estrutura ocupacional, oriundas por sua vez de uma combinação entre perfis específicos da estrutura produtiva e da força de trabalho. Enfim, geralmente pouca atenção se confere à divisão social do trabalho em escala regional - definida a partir de condicionantes exógenos, mas internalizados peculiarmente por cada região – como produtora de combinações específicas entre matrizes produtivas e modos de organização do mercado de trabalho (Carleial, 1993).

Vale, por último, ressaltar as diferenças existentes entre nação e região, de acordo com os autores estruturalistas, as quais justificariam a necessidade de formulação de políticas regionais.

Segundo Richardson (1973), a região interna possui um maior coeficiente de abertura do que a nação. Isto porque o movimento de mercadorias e de fatores de produção se mostra bem mais fluido entre as regiões de um mesmo espaço nacional. Além disso, os formuladores de política regional não dispõem de instrumentos de política econômica tais como taxa de câmbio e de juros, além de encontrarem limitações para executar políticas tributárias. Como consequência destes fatores, a região não pode ser analisada como economia fechada, devendo se prestar devida atenção aos fatores exógenos que desequilibram as condições de oferta e demanda.

De forma complementar, O'Hirschman (1961) sustenta que a transmissão dos efeitos polarizadores e de gotejamento tende a se mostrar mais destacada no quadro inter-regional do que no internacional. No caso dos polarizadores, são escassos os mecanismos para proteger a produção das regiões menos dinâmicas. Por outro lado, os riscos oriundos dos investimentos destas regiões nas mais atrasadas são inferiores, já que se opera no mesmo marco institucional e político, havendo mais espaço para a emergência dos efeitos de gotejamento. O arranjo ótimo seria estimular um “isolamento suficiente” das áreas mais pobres, de modo que elas possam competir com as mais ricas, enquanto intensificam as tradicionais relações de complementaridade.

4. As Visões Alternativas

As visões alternativas configuram situações intermediárias entre as duas posições extremas. De um lado, há os liberais que admitem a necessidade de uma política regional *per se*. De outro, autores próximos do enfoque estruturalista, mas que enfatizam o potencial de desenvolvimento regional, não plenamente condicionado pelos determinantes estruturais nacionais ou internacionais.

A primeira visão pode ser sintetizada pelo argumento de que o elemento propriamente político não pode ser desconsiderado. Especialmente em nações de dimensão continental e com elevado nível de desigualdade, as deseconomias de aglomeração não podem resolver todos os problemas. Ações devem ser desenvolvidas para reduzir as disparidades regionais de renda e emprego entre as regiões, geralmente por meio de transferências de inter-regionais, cuja alocação é definida pelo Estado, mas a partir de critérios técnicos e de viabilidade econômica. Trata-se, enfim, de uma opção explícita pela equidade, que muito provavelmente implica algum sacrifício em termos de eficiência (Gomes, 1996).

A segunda visão parte do papel essencial do Estado em termos de planejamento econômico, especialmente quando se trata de economias capitalistas e com elevado grau de diferenciação social. Este planejamento se tornaria ainda mais estratégico nas áreas que “necessitam” de política regional (Haddad, 1996).

Inverte-se assim o raciocínio típico dos neoclássicos, pois a redução das desigualdades sociais e regionais – por meio, da melhor difusão de informações, da maior acessibilidade à infra-estrutura econômica e social e da redução dos ganhos de monopólio - aparece como pré-condição, ainda que insuficiente, para o melhor funcionamento e integração dos mercados de produtos e fatores.

Assume-se também que as variáveis relacionadas ao capital humano, ao capital de domicílio e ao capital social, não são suficientes para explicar boa parte dos diferenciais de renda per capita entre os estados brasileiros (Azzoni, 2002). Existiriam ainda falhas de mercado a impedir que certas vantagens locais fossem plenamente aproveitadas.

Defende-se então a viabilização de investimentos públicos em “capital geográfico” (Azzoni, 2002), que associados a transformações institucionais internas às regiões, detonariam novas parcerias, coalizões e atitudes desenvolvimentistas.

Tratar-se-ia, enfim, de pensar a política regional, sem cair no regionalismo das práticas localizadas sem articulação nacional, mas também sem subsumir os esforços de desenvolvimento local ao suposto movimento onisciente das forças produtivas ou dos planejadores centrais.

Vale aqui recuperar algumas das premissas das novas abordagens de desenvolvimento local que conferem papel de destaque às redes sociais e aos arranjos produtivos estruturados a partir da região. Em todas estas formulações teóricas transparecem duas categorias analíticas fundamentais: a endogenia e a sustentabilidade (Haddad, 1996).

Existe uma versão ingênua e outra mais realista das possibilidades de desenvolvimento a partir do território. No primeiro caso, situa-se o enfoque de Porter (1998), que aborda os fundamentos microeconômicos da prosperidade, os quais podem ser aplicados indistintamente nos planos nacional, regional e local, e tanto por entidades públicas como privadas. Qualquer área espacial ou entidade econômica poderia se desenvolver, desde que seja capaz de concentra seus esforços numa combinação entre acesso à informação, incentivos, pressões competitivas e disponibilidade de instituições, infra-estrutura e qualificação. Apesar de suscitar um novo debate na geografia econômica, este enfoque encara a nação meramente como um ambiente institucional, enquanto as instituições são vistas funcionalmente como promotoras de competitividade e redutoras dos custos de transação.

A posição de Storper (1996) revela-se mais refinada e menos reducionista. O autor critica a versão tradicional, esposada pela maioria das teorias urbanas, de que as cidades seriam como máquinas orientadas e informadas por uma lógica maior, relacionada às dinâmicas setoriais ou aos modos de organização do capitalismo. Como se fossem sub-espacos mortos, sobre os quais se manifesta uma estrutura mecânica de forças econômicas e sociais. Ou seja, sua crítica atinge tantos os pressupostos marxistas e neoclássicos tradicionais, como o das novas teorias da sociedade pós-industrial e, inclusive, o enfoque de Porter descrito de forma sumária acima.

No entender Storper (1996), as cidades possuem traços distintivos que lhes conferem dinamismo próprio, alterando potencialmente e interagindo com as condições parcialmente estabelecidas pela economia crescentemente globalizada. Trata-se de ver a economia urbana como composta de “mundos de ação reflexiva coletiva e direcionada”, os quais refletem não apenas condicionantes e categorias econômicas, mas também relações sociais e convenções estruturadas de forma minimamente coerente.

Desta forma, as cidades e as regiões são empurradas assim nas duas direções da globalização e da fragmentação/rediferenciação, mas não de forma idêntica, já que despontam as super-aglomerações ou cidades-regiões - locomotivas das suas respectivas economias nacionais - e que se caracterizam pela concentração de densas massas de atividades econômicas inter-relacionadas, as quais encontram sua razão de ser nas economias de aglomeração com expressivos potenciais de inovação (Scott e Storper, 2003).

A visão de Scott e Storper (2003) nos convida a repensar os vários de níveis de interdependência – e com interações que atuam em todos os sentidos - entre a economia global, a nação e a cidade/região. Ao ampliar o ângulo de análise, permite uma análise histórica e empírica possa revelar o processo de transformação das desigualdades regionais numa nação ao longo das suas várias etapas de vinculação à economia internacional.

5. A Experiência Brasileira de Desigualdades Regionais e o Mercado de Trabalho

Podemos dividir a história do Brasil moderno em três grandes períodos em termos de dinâmica regional.

Um período de 1930 a 1950, de articulação regional via intercâmbio comercial, outro de 1960 a 1980, de integração nacional produtiva com limitada desconcentração regional na segunda metade deste período (Guimarães Neto, 1986) e sem impactos pronunciados em termos de convergência das rendas per capita regionais e estaduais. E um terceiro, que se afirma especialmente, no período pós-1980, em que concentração e desconcentração produtiva se conjugam, dependendo das dinâmicas setoriais e cíclicas, e com uma tendência no sentido de uma relativa convergência para alguns estados e sub-regiões. O quadro é, seguramente, mais complexo, impedindo a visualização de uma tendência única. Esta particularidade provavelmente não esteja relacionada apenas ao menor distanciamento histórico do analista, devendo, em alguma medida, resultar do processo de multiplicação das desigualdades intra-regionais (Pacheco, 1998).

Começamos pela análise seminal de Furtado (1959). O autor parte de três hipóteses em seu documento de 1959, focado na chamada “questão nordestina”. Primeiro, o crescimento econômico tende a ampliar as desigualdades. Segundo, as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tendem a formas de exploração. E, finalmente, a partir de um certo ponto, estas desigualdades se institucionalizam. O processo de transformação diferenciadora que desemboca numa desigualdade entre classes nos países desenvolvidos; no caso do Brasil industrializado, estaria levando também a uma desigualdade entre regiões.

Menos do que analisar o plano de ação do autor esboçado a partir do GTDN, ou de qualificar como, no Nordeste, “o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçam” para produzir um caso especial de subdesenvolvimento (Furtado, 1989), nos interessa especialmente a reavaliação conduzida pelo autor quando da volta do exílio.

Para Furtado (1981), o Nordeste não aparece agora mais como um subsistema a operar com certo grau de autonomia. Se o Nordeste deixa de ser problema regional, não seria tampouco apenas um problema nacional dentre outros. No entender de Furtado, todos os problemas nacionais de envergadura refletiriam a rachadura imposta pelas desigualdades regionais. E conclui: “no Nordeste se mostram sem disfarces as malformações maiores do nosso desenvolvimento”.

Da dependência comercial, passara-se a uma nova dependência produtiva, cujo sentido pode ser revelado na subordinação à indústria comandada pelo Sudeste. O mercado de bens de consumo nordestino adapta-se à estrutura da oferta do núcleo dinâmico, enquanto a sua estrutura produtiva converte-se em complementar àquela. E o novo excedente gerado no Nordeste contribui para ossificar a estrutura social regional, de modo a permitir a cópia dos padrões de consumo das regiões ricas do país.

Duas linhas de interpretação crítica prosseguiriam na tentativa de destrinchar a seara aberta por Furtado. Oliveira (1981a) procura saltar da análise dos “desequilíbrios regionais”, para

uma que especifique o processo de divisão inter-regional do trabalho a partir da homogeneização monopolística do espaço econômico. Deixam de existir regiões, como dotadas de uma essência geográfica e história, a partir do momento em que estas se constituem em “zonas de localização diferenciadas” e informadas pelo movimento expansivo do capital.

A impossibilidade de manter as relações sociais numa região fechada leva à sua abertura, via “integração nacional”, permitindo uma reconversão das classes sociais, agora como intermediárias de agentes nacionais e internacionais ou encasteladas sob o guarda-chuva do setor público. Abre-se então “um longo caminho até a dissolução completa das regiões”.

Mais tarde, o autor apontaria para uma “desregionalização da economia regional” (Oliveira, 1998). O exclusivo regional teria se rompido, pois a sua própria redefinição passaria a depender do impulso dinâmico estabelecido a partir do vínculo com a economia nacional.

Em síntese, a primeira análise furtadiana teria focado no aspecto quantitativo das disparidades regionais, quando o que ocorria era uma redefinição das próprias relações regionais a partir e por causa do crescimento industrial do Sudeste. O objetivo da integração não é tanto o de encontrar mercado para a região dinâmica, mas o de manter elevada a taxa de remuneração do capital, o que num primeiro momento exigiu a destruição de empresas artesanais e de baixa produtividade do Nordeste (Oliveira e Reichstul, 1973).

Este processo ficaria evidente, durante os anos 70, quando junto com o “milagre brasileiro” armou-se um “milagre nordestino”. A região mais pobre acompanharia as taxas e o estilo de acumulação capitalista no Brasil. Na verdade, o ritmo de crescimento e a taxa de formação de capital seriam inclusivamente maiores no Nordeste se comparados à média brasileira (Souza, 1988). O próprio setor moderno internalizado no Nordeste, a partir de executivos provenientes do sul do país, teria criado uma “classe média por imigração” (Oliveira, 1981b). Tal processo longe de natural teve a contribuição decisiva do Estado que chegou a arcar com 50% da formação bruta de capital fixo desta região (Albuquerque, 2000).

Já a análise de Wilson Cano (1998) buscaria se manter no âmbito da teoria cepalina, revisando algumas premissas de Furtado, para o que contaria com uma reconstrução minuciosa dos dados dos Censos Industriais. No entender deste autor, não se cria um espaço econômico nacional internalizado por fora da dinâmica interna das regiões. O “sucesso” de São Paulo, neste sentido, estaria na associação entre dinamismo industrial, com seus desdobramentos no terciário funcional e moderno que, além de conferir maior dimensão ao mercado de trabalho urbano, permitiu o salto rumo aos setores de bens duráveis e bens de capital. O maior avanço na divisão social do trabalho nesta região levaria a uma concentração geográfica dos setores de maior valor agregado quando da consolidação do mercado interno.

E mais, o próprio dinamismo do mercado interno dificilmente se explicaria sem as novas complementaridades inter-regionais, estabelecidas nos marcos de uma “concentração articuladora”, que ensejava formas variadas de subordinação dos espaços regionais à dinâmica do capitalismo nacional (Cano, 1998 e Pacheco, 1998).

De fato, no período pós-1930, apesar da crescente concentração industrial em São Paulo, a periferia do país além de acelerar a sua taxa de expansão do produto industrial logra reduzir paulatinamente o diferencial de expansão com relação ao núcleo dinâmico, passando inclusive a crescer mais rapidamente a partir dos anos 70. Nesta década, o produto industrial de todos os estados, com a exceção do Rio de Janeiro e de Pernambuco, avança mais rapidamente do que o paulista (Diniz, 2000).

Mas seria ilusão pensar em várias “industrializações regionais autônomas”, pois, em última instância, é o centro dominante da economia nacional que “sobredetermina” a forma e o ritmo de acumulação industrial na maior parte do espaço brasileiro (Cano, 1998).

Apesar das nuances que envolvem estas análises críticas, no geral, ambas partem de uma interpretação comum: de uma fase eminentemente concentradora até os anos 50, parte-se para uma ocupação periférica, onde o meio técnico-científico “se geografiza” diferencialmente, de forma contínua no centro, e de modo disperso no restante do país. De um processo de integração concentrador das atividades modernas e dinâmicas, salta-se para uma etapa de difusão da modernização, a qual se processa de forma territorial e socialmente seletiva. As diferenças regionais deixam de ser naturais para se afirmarem como essencialmente sociais (Santos, 2005b).

Posto em outras palavras, conforma-se um padrão locacional da indústria brasileira ao mesmo tempo centrípeto, concêntrico e hierárquico, a partir do centro polarizador localizado na metrópole paulistana, ao passo que fatores político-institucionais, especialmente após os anos 70, atuam como forças centrífugas (Lemos et al., 2005), complementando ao invés de questionar aquele movimento inicial.

No caso do Nordeste, por exemplo, modernizam-se as unidades existentes dos setores tradicionais e introduzem-se novos setores e produtos, a ponto de que as diferenças inter-regionais em termos de produtividade se mantêm elevadas no setor agrícola, mas se reduzem no âmbito industrial. Entre 1950 e 1975, o emprego industrial nesta região quase duplica, enquanto a produtividade deste setor multiplica-se por quatro (Souza, 1988). A expansão do nível de produto e emprego passa a depender dos fluxos de comércio inter-regional, ainda que limitada, especialmente nos setores de maior valor agregado, pelo fato de a oferta de insumos se encontrar localizada no Sudeste, especialmente em São Paulo.

Tal nível de integração inter-regional da estrutura produtiva está muito longe, entretanto, de reproduzir no Nordeste um padrão típico de economia de enclave. Quando se analisa o caso baiano, observam-se três ondas de investimento que levaram a uma radical reconfiguração da sua estrutura industrial. São elas: a industrialização petrolífera dos anos 50, a industrialização incentivada pela Sudene na década seguinte e aquela promovida pela implantação do Complexo de Camaçari nos anos 70. Promoveram-se então novas conexões com outros ramos industriais, os serviços de produção e a circulação mercantil. Adicionalmente, novos padrões de produtividade industrial articularam-se com novos processos de trabalho, engendrando complexas coalizões de classe entre grupos nacionais e regionais a partir da mediação do Estado. Estas três ondas se complementam no espaço e no

tempo para conformar uma estrutura produtiva mais diversificada, revertendo a “inclinação natural” da região (Guimarães e Castro, 1990).

Ou seja, apesar de integrado ao espaço econômico nacional, o Nordeste dinâmico não encontra sua explicação apenas a partir de uma análise estrutural que vê a região como mera fronteira passiva de um processo exógeno e supostamente desenraizado dos determinantes locais.

Durante os anos 70, em virtude da desconcentração relativa da indústria e da atividade econômica do Brasil, surge o debate sobre a reversão da polarização industrial. O esquema teórico de Richardson - voltado para uma análise do desenvolvimento espacial em escala nacional, durante o processo de industrialização - parecia explicar também a experiência brasileira.

Richardson (1973) parte de quatro hipóteses sucessivas. Primeiro, a industrialização de uma economia inicia-se em uma ou duas regiões, deixando as demais relativamente atrasadas. Segundo, o desenvolvimento subsequente é caracterizado pela dispersão em direção a outras regiões, unificando o mercado interno. Terceiro, nos dois momentos, o crescimento em cada região é acompanhado pela concentração intra-regional, em virtude da interdependência entre desenvolvimento industrial e urbanização. Finalmente, a quarta hipótese aposta na tendência à descentralização no âmbito das áreas metropolitanas.

Ressalta-se que estas hipóteses não conformam um modelo universal, devendo ser incorporadas como ferramentas de trabalho ao movimento concreto da história, que apresenta particularidades espaciais e temporais específicas nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Apesar de trazer maior complexidade à dinâmica espacial da vida econômica, o conceito de reversão da polarização terminou por ser assimilado à visão neoclássica sobre a suposta convergência do mundo capitalista. Esta se manifestaria, de forma automática e a partir do funcionamento do mercado, propiciando a redução simultânea das desigualdades sociais e regionais, mas também das concentrações urbanas (Azzoni, 1986).

Azzoni (1986) prefere a noção de “campo aglomerativo” para descrever como estas interações entre produtores e fornecedores, favorecidas por uma rede de serviços especializados, se estendem para fora das regiões metropolitanas – especialmente com os avanços nos transportes e nas comunicações - abarcando o entorno regional composto de uma rede urbana de cidades mais ou menos desenvolvida. A capacidade de atração regional dependeria do volume de produção industrial de determinada área, do nível de diversificação produtiva e do número de centros urbanos de tamanho mínimo.

Em síntese, ao invés de reversão da polarização, teríamos no Brasil dos anos 70 um espraiamento das unidades produtivas, assumindo o interior de São Paulo parcela das atividades então restritas a sua região metropolitana. Tratar-se-ia mais de uma “desconcentração concentrada”. O dinamismo continuava no pólo, mais espalhado, comprometendo assim os esforços de estímulo à regionalização produtiva em áreas com baixo potencial aglomerativo (Azzoni, 1986).

A análise de Clélio Campolina Diniz (2001) daria um passo adiante. Segundo a noção de desenvolvimento poligonal, os níveis de investimento não dependem apenas dos índices presentes de rentabilidade, mas se dão num ambiente de incerteza, onde se torna fundamental ocupar novos mercados, buscar novas fontes de matérias-primas e estabelecer barreiras à entrada, diversificando a produção. Trata-se da versão keynesiana/estruturalista da tese marxista de Francisco de Oliveira.

O polígono em questão abarcaria áreas metropolitanas e cidades médias dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O autor demonstra que este espraiamento se circunscreveria ao Centro-Sul, especialmente nos setores de maior valor agregado, como na indústria metalmeccânica, eletroeletrônica e química, sendo as exceções os pólos de Camaçari e Manaus. Como comprovação para sua tese, basta verificar que a participação destes estados no produto industrial – quando excluída a região metropolitana de São Paulo – sobe de 33% para 54% entre 1970 e 1996 (Diniz, 2000).

Além disso, parte da chamada reversão estaria contaminada pelo efeito de se considerar o aumento relativo na participação industrial de estados com produção absoluta muito reduzida. Adicionalmente, o Estado encontrava-se ausente das análises sobre a reversão da industrialização, seja por meio dos incentivos fiscais e da ação de empresas estatais nos setores de bens intermediários, seja no que se refere à ampliação da infra-estrutura (Diniz, 2001).

Para Pacheco (1998), o problema está no marco teórico fornecido pelo contraste entre as deseconomias de aglomeração nas tradicionais áreas metropolitanas com as novas economias de aglomeração potencializadas pela nova malha urbana nacional. No entender do autor, o confronto entre economias e deseconomias de aglomeração não logra explicar a complexificação da estrutura produtiva em termos setoriais e regionais. Ou seja, estas análises não explicam de que forma uma desconcentração produtiva teve lugar a partir dos anos 70. E tampouco revelam porque não se processou uma desconcentração generalizada. Apontam tão-somente para a sua potencialidade, deixando de lado os constrangimentos impostos e as possibilidades abertas pela política econômica e pela regulação pública.

Mais importante, os limites deste processo não ficam claros. Isto porque a continuidade da desconcentração nos anos 80 se deu num novo cenário nacional e internacional, rompendo parcela não desprezível dos encadeamentos inter-setoriais e inter-regionais. As possibilidades regionais passaram a se concentrar no setor exportador, nas *comodities* industriais e agrícolas, especialmente num quadro de paralisia do investimento industrial e de abortamento do papel indutor do Estado, propiciando uma fragmentação da economia nacional (Pacheco, 1998). Tornou-se assim possível que algumas regiões ou sub-regiões crescessem descoladas do desempenho agregado da economia do país.

Desta forma, a análise quantitativa da desconcentração produtiva acaba por comparar dois espaços econômicos descontínuos no tempo e na sua organização regional, os quais mantêm apenas cada vez menos semelhanças entre si, além das letras que denominam as respectivas unidades da federação.

Outro lado da mesma moeda são as crescentes disparidades intra-regionais, alternando regiões dinâmicas e atrasadas nos quatro-cantos da geografia nacional. Destarte, observa-se a “integração competitiva dos pedaços competitivos do Brasil na economia mundial” (Bacelar, 2006). O risco é o de que se redesenhe o mapa nacional a partir das regiões dinâmicas dentro de cada macro-região. Como nos pólos de fruticultura, de grãos, de turismo, petrolífero e de software do Nordeste, ou no caso do dinâmico sul de Minas, deixando de lado as economias do semi-árido ou do Vale do Jequitinhonha, por exemplo.

Multiplicam-se assim as questões regionais no país em cada ponto do espaço não estimulado pela nova inserção externa do país ou não-dotada “naturalmente” de mão-de-obra qualificada, serviços especializados e universidades, como aponta Tânia Bacelar (2006). Os próprios ensaios de política de desenvolvimento regional tendem a reproduzir esta nova desigualdade. A título de ilustração, no caso dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, que compunham o PPA, estes possuíam um viés excessivamente exportador, além de dependerem na sua grande maioria do setor privado, cuja seleção de projetos está associada à taxa de retorno (Diniz, 2000).

Esta existência conjugada de “espaços dominantes” e “espaços subordinados”, em virtude dos resquícios da integração interna e dos requisitos da nova inserção internacional, leva a processos de desintegração regional. Esta talvez seja a maior prova de que a integração produtiva via mercado interno não havia sido “eliminadora das regiões” (Carleial, 1993).

Antes pelo contrário, com a multiplicação de novas regiões, em virtude das crescentes disparidades intra-regionais, fez-se necessário redefinir a tradicional divisão do IBGE, especificando as macro, meso e microrregiões geográficas (Diniz, 2000).

Podemos voltar agora às questões da concentração produtiva e da desigualdade entre as rendas per capita das grandes regiões. Lembremos que se o olhar ao nível da unidade da federação já se mostra insuficiente, como mencionamos acima, dada a multiplicação de questões regionais, ainda mais o é uma avaliação de acordo com as cinco grandes regiões, as quais escondem as diversidades intra-regionais. Uma análise pormenorizada por setor e segmento de atividade permitiria conclusões menos genéricas.

Mesmo assim, algumas mudanças de fundo podem ser apontadas a partir destes dados com elevado nível de agregação, os quais nos fornecem uma visão panorâmica das desigualdades regionais brasileiras no último meio século.

O gráfico 1 detém-se na distribuição do PIB entre as grandes regiões. Em linhas gerais, pode-se dizer que a região Sudeste que chegara a 2/3 do produto nacional, passa a crescer a taxas menores do que a média do país a partir de 1970, como vimos anteriormente. A desconcentração nesta década não é desprezível, mantendo-se nas duas décadas seguintes, mas de forma menos pronunciada. No ano 2000, a região Sudeste ainda participaria com 58% da renda nacional.

A região Sul não apresenta mudanças substanciais em termos de participação no produto nacional, crescendo mais do que a média do país nos anos 70 e 80, mas ficando abaixo nos

anos 90. Não à toa, as duas regiões mais industrializadas do país perderam espaço num período em que o crescimento da indústria mostrou-se pífio.

De qualquer maneira, mantém-se a tendência de reaglomeração concentrada das atividades de serviços e da indústria de maior valor agregado nestas duas regiões.

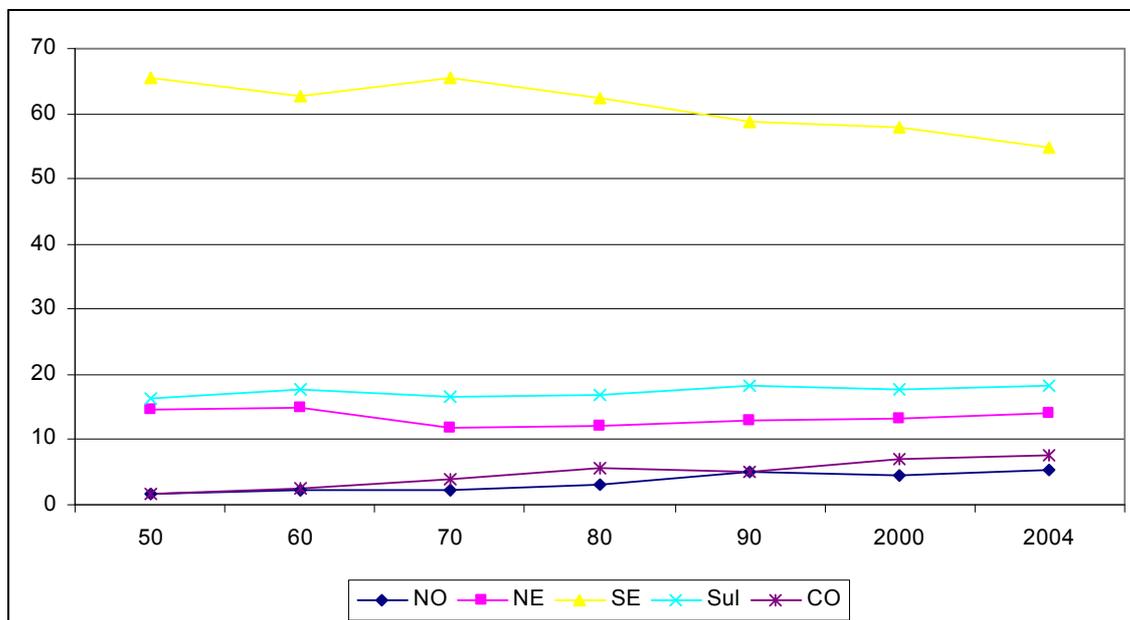
As regiões Norte e Centro-Oeste ganham espaço no PIB nacional em todas as décadas do período pós-1970, com a exceção da região Norte durante os anos 90. Esta maior participação deve-se essencialmente à expansão das fronteiras agrícola, pecuária e mineral em setores com elevada capitalização. As duas regiões duplicam a sua participação no PIB nacional entre 1970 e 2004, representando 13% do produto nacional neste último ano.

A região Nordeste que perde espaço entre 1950 e 1970, passar a aumentar a sua fatia no produto nacional a partir de então. Curiosamente, o grande avanço se dá nos anos 80, provavelmente em virtude dos resultados dos investimentos realizados durante o II PND.

Entretanto, cumpre ressaltar o maior dinamismo relativo desta região com relação à média nacional no pós-1990, quando a abertura comercial, a redução dos investimentos estatais, a importância dos novos requisitos tecnológicos e a inserção externa voltada para o Mercosul supostamente indicariam uma perda de posição do Nordeste.

Este maior dinamismo relativo parece ter sido alavancado pela expansão do agronegócio na região de cerrado, da produção de frutas em áreas irrigadas e pela maior participação nos setores industriais da indústria extrativa mineral e de bens de consumo não-duráveis, como têxtil/vestuários/calçados e alimentos, atraídos pela guerra fiscal e pelos menores custos da mão-de-obra. Especialmente no período mais recente, entre 2000 e 2004, a indústria de transformação cresce bem à frente do Sudeste.

Gráfico 1 – Participação das Grandes Regiões no Produto Interno Bruto do Brasil (em %) – Anos Selecionados



Fonte: Contas Regionais IBGE.

Paralelamente, percebe-se um processo de redução das desigualdades inter-regionais de renda per capita. Ao movimento da produção, acrescenta-se aqui a dinâmica dos fluxos migratórios. Na década de 50, por exemplo, o Nordeste mantém estável sua participação no PIB nacional, ao passo que se percebe uma queda em termos do seu percentual em relação à renda per capita do Sudeste, em virtude da desigualdade no crescimento populacional de ambas as regiões.

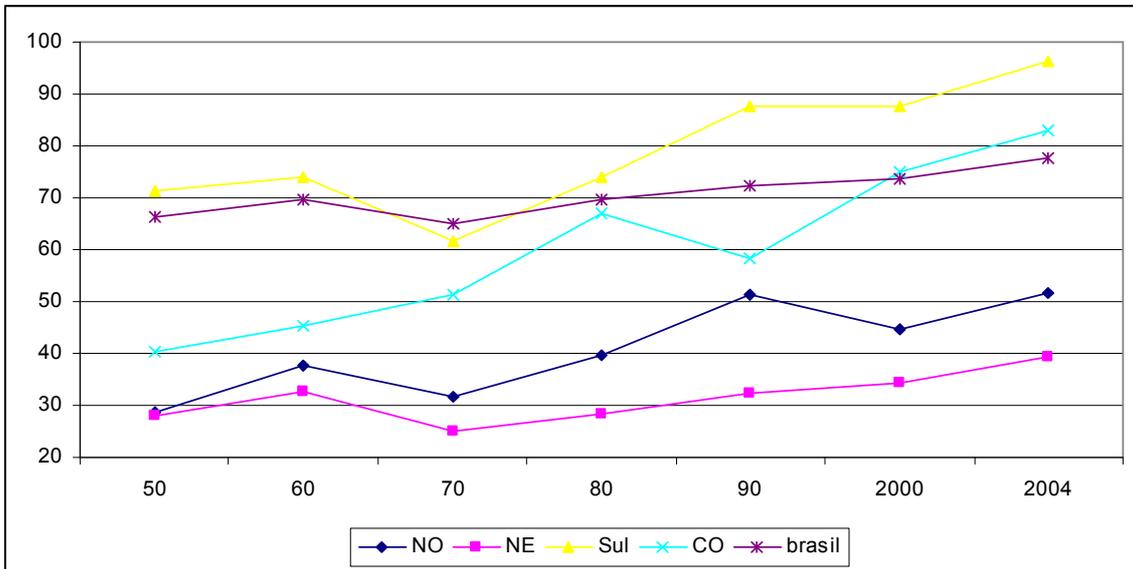
Já na década de 60, a distância com relação ao Sudeste, em termos de renda per capita, aumenta para todas as regiões, com a exceção do Sul do país. Os anos 70 apontam para uma redução inequívoca das disparidades de renda inter-regionais. Porém, ao final desta década, a renda per capita do Nordeste ficaria de em torno de 28% do observado no Sudeste - patamar igual ao de 1950, e inclusive inferior ao denunciado por Furtado quando do lançamento da Sudene.

Este processo de redução das desigualdades de renda per capita das demais regiões do país com relação ao Sudeste mantém-se, via de regra, nos anos 80 e 90, mas a um ritmo mais lento. No ano 2000, a renda per capita do Nordeste equivaleria a 34,3% daquela verificada na região mais rica, e a 44,6% no caso da região Norte.

Na região Sul, estas disparidades se afiguravam menores, situando-se um pouco abaixo de 90% com relação ao Sudeste nos anos 90. Já a região Centro-Oeste aponta rumo a uma situação de maior convergência, ainda que para isto contribui a presença do Distrito Federal, com a maior renda per capita do país. Vale lembrar ainda que, no caso desta região, em virtude dos elevados níveis de concentração de renda e de precariedade do

mercado de trabalho, associados a uma especialização extrema e provavelmente irreversível, os dados de renda per capita se mostram especialmente limitados.

Gráfico 2 – Renda Per Capita de cada Grande Região como Percentual da Renda Per Capita do Sudeste (em %) – Anos Seleccionados

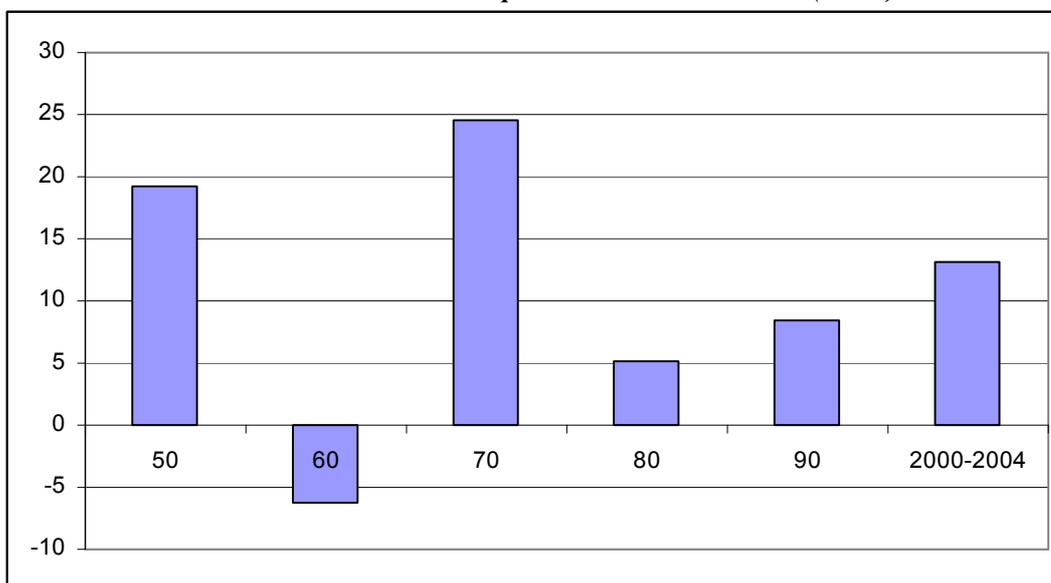


Fonte: Contas Regionais IBGE e Censos Demográficos.

O gráfico 3 revela o grau de intensidade da evolução da desigualdade intra-regional, ao calcular a taxa de variação da razão entre a renda per capita das três regiões mais pobres com relação à região Sudeste. Observa-se que a maior redução da distância se verificou nos anos 70, reduzindo-se a taxa partir de então.

O dado que causa uma certa surpresa é aquele referente ao período de 2000 a 2004, quando esta distância se reduz 13%, ou seja, a um ritmo mais forte do que cada uma das duas décadas anteriores. No ano de 2004, a renda per capita do Nordeste em relação ao Sudeste aproxima-se de 40%, enquanto a da região Norte chega a 52%.

Gráfico 3 – Taxa de Variação da Razão entre a Renda Per Capita Média das Regiões NO, NE e CO e a Renda Per Capita Sudeste Por Décadas (em %)



Fonte: Contas Regionais IBGE e Censos Demográficos.

Estes dados são alvissareiros, mas carregam consigo duas apreensões. Em primeiro lugar, a distância do Sudeste com relação a estas duas regiões continua expressiva. Segundo, resta saber se esta evolução recente reflete uma nova tendência ou se resulta de fatores aleatórios ou conjunturais. Vale lembrar, por exemplo, o crescimento negativo em termos acumulados da renda per capita do Sudeste no período 1999-2003 – de 1,3% -, justamente quando se verificava uma expansão do agronegócio, do setor mineral e da indústria menos intensiva em capital, inclusive conquistando mercados externos.

Neste mesmo período, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste expandiram a sua renda per capita em 15,2%, 12,7% e 9,7%, respectivamente. Ou seja, esta queda da desigualdade em parte reflete o baixo dinamismo do Sudeste num momento de transição da política cambial e de quase estagnação do mercado interno. No caso das regiões Norte e Centro-Oeste, este desempenho mostra-se ainda mais significativo em virtude da pujança dos movimentos migratórios, que acompanham o desempenho econômico (Pochmann, 2007).

Em síntese, encontra-se esta expressiva redução da distância em termos de renda per capita - se analisado o curto espaço de tempo em que ela se manifesta - sedimentada em novas dinâmicas produtivas que possibilitem configurações do mercado de trabalho mais virtuosas? Ou, em outros termos, caso a economia brasileira volte a crescer de forma dinâmica, emergiria uma expansão menos desequilibrada social e economicamente em termos regionais?

Mais que destrinchar a natureza complexa do movimento das desigualdades regionais no período recente, o presente texto procura colocar no centro do debate o papel das assimetrias regionais, perenemente modificadas pela dinâmica produtiva, sobre o desempenho do mercado de trabalho. Lancemos então algumas hipóteses.

Em primeiro lugar, ao se analisar o Nordeste dos anos 70, verifica-se a implantação de ramos industriais, inclusive com novas interdependências regionais, num quadro de elevação das taxas de investimento. Desta forma, a formulação inicial cepalina sobre o problema do emprego como relacionado à insuficiência dinâmica não nos parece apropriada (Souza, 1988).

Como explicar então a insuficiência em termos de absorção de mão-de-obra, especialmente quando se sabe que, dos 4,5 milhões de migrantes das áreas rurais nordestinas, apenas metade dirigiu-se para cidades da região, muito provavelmente incorporados ao setor informal?

Duas explicações parecem possíveis, uma do lado da demanda e outra da oferta. A demanda de trabalho do Nordeste que possibilita melhores níveis de remuneração concentra-se nos setores de serviços produtivos e nos ramos industriais produtores de bens intermediários. Mas como estes estão vinculados, em grande medida, às necessidades do Sudeste, os encadeamentos produtivos mais dinâmicos – inter e intra-industriais – se estabelecem especialmente ao nível inter-regional. Vale lembrar que a participação dos setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis no valor de transformação industrial nordestino era de 11,5% em 1975, contra uma média nacional de 26,7% (Souza, 1988).

Por outro lado, o excedente de força de trabalho vincula-se a empresas do setor organizado de baixa produtividade e baixos salários ou ao setor não-organizado onde abundam os autônomos e os empreendimentos familiares. Ressalve-se que a expansão anual da força de trabalho urbana no Nordeste foi de 6,3% na década de 70, contra uma média nacional de 6% (Souza, 1988).

Ora, é justamente durante os anos 70 que se delinea o perfil da estrutura ocupacional brasileira. A distribuição setorial das atividades produtivas no espaço constrói especificidades regionais apoiadas nas diferenças macrosociais. Isto afeta a espacialidade do trabalho, o que fica patente quando se analisam as estruturas sócio-ocupacionais distintas ao nível regional (Kon, 2002).

Como resultado, transparece no Nordeste o segmento dos autônomos e dos não-remunerados, tanto no emprego agrícola quanto no não-agrícola, enquanto no Sudeste destacam-se os empregadores, os ocupados em cargos de direção e gerência e os trabalhadores com carteira assinada do setor privado com qualificação média nas atividades urbanas (Kon, 2002; Araújo e Lima, 2007).

A tabela 1 permite uma análise das características e dimensões do emprego agrícola e não-agrícola por grande região. O Nordeste ainda possui um terço dos seus ocupados na agricultura, geralmente de baixa produtividade, já que a participação deste setor no PIB é cerca de metade da mesma participação em termos de ocupação (Araújo e Lima, 2007). A região Sul também apresenta elevada participação do emprego agrícola, mas combina um agronegócio de elevada produtividade com uma agricultura familiar que conta com níveis de renda média relativamente elevados.

No caso do emprego não-agrícola, observa-se que as ocupações com carteira e do setor público respondem por 45,2% e 22,9%, respectivamente, da ocupação total no Sudeste e Nordeste. Ao se analisar a participação destas ocupações apenas no emprego não-agrícola, estes percentuais sobem para 50,1% e 34,6%, respectivamente. O Sul se aproxima mais no padrão do Sudeste, enquanto as regiões Norte e Centro-Oeste do padrão nordestino.

Ou seja, o Nordeste – mas também o Norte e o Centro-Oeste - caracterizam-se pela maior estreiteza do seu mercado de trabalho urbano, o que acarreta uma elevada fração de pessoas ocupadas em outros segmentos do mercado de trabalho que não o organizado, o que explica também em alguma medida o baixo nível de renda destas ocupações não-formais (Baltar e Leone, 2007). Aliás, não fosse o emprego público que representa quase 10% do emprego não-agrícola – percentual subestimado, pois não estão incluídos neste cômputo os celetistas e terceirizados – e o mercado de trabalho nordestino se mostraria ainda mais rarefeito.

Tabela 1 – Distribuição do Emprego Agrícola e Não-Agrícola por Posição na Ocupação - 2006

	Brasil	NO	NE	SE	Sul	CO
emprego agrícola	19,3	22,6	33,8	9,7	21,2	16,4
não-remunerados	4,0	5,1	8,0	1,1	5,7	1,9
subsistência	4,5	5,4	7,5	2,3	5,5	3,6
emprego não-agrícola	80,7	77,4	66,2	90,3	78,8	83,6
emprego cc	30,0	18,6	16,8	38,7	34,3	28,1
emprego público	6,6	8,1	6,1	6,5	5,8	9,0
emprego sc	14,1	16,9	14,9	14,1	11,3	15,3
conta própria	16,3	20,0	16,6	16,2	14,4	15,9
doméstico	7,6	6,8	6,7	8,5	6,3	9,1
empregadores	3,9	2,6	2,3	4,7	4,7	4,3
não-remunerados	2,2	4,4	2,7	1,6	2,1	1,8

Fonte: Pnad/IBGE.

Vale mencionar, entretanto, que estas diferenças em termos de configuração dos mercados de trabalho atenuam-se sobremaneira – ainda que se mantenham particularidades expressivas - quando se analisa a questão regional com foco nas regiões metropolitanas, conforme veremos no tópico seguinte.

Por outro lado, não é menos verdade que alguns traços comuns permeiam a estrutura ocupacional de todas as regiões brasileiras, em virtude das ubiqüidades que prevaleceram no processo de estruturação do mercado de trabalho nacional, marcado pela regulação incompleta das relações de trabalho e pela manutenção da estrutura agrária.

Destaca-se, sobretudo, a maior participação do trabalho doméstico no Sudeste, como também o fato de que quando somados estes trabalhadores aos sem carteira, autônomos e não-remunerados, tal conjunto perfaz 45% do emprego não-agrícola regional.

Apesar da mudança no padrão de inserção externa do país e do desenvolvimento de novas especializações regionais durante os anos 90, estas novidades não parecem ter engendrado alterações de monta em termos de novas hierarquias regionais ou na própria espacialidade do trabalho no âmbito do território nacional (Kon, 2002).

Em termos de indicadores do mercado de trabalho, observa-se no período recente uma elevação mais forte das taxas de desemprego aberto para o Nordeste, com relação às outras regiões, mas uma redução dos desníveis regionais em termos de informalidade e de renda média dos ocupados (Ramos e Ávila, 2007). Esta redução das desigualdades inter-regionais de renda e de informalidade parece se dever, contudo, mais a um movimento no sentido da precarização das regiões ricas do que o contrário.

Para que uma mudança estrutural nas configurações regionais do mercado de trabalho possa se enraizar, uma condição *sine qua non* é a conformação tanto de novas especializações intra-regionais como de novos encadeamentos setoriais inter-regionais.

Neste sentido, uma análise mais desagregada se faz necessária para avaliar em que medida este processo está se desenrolando e – caso a resposta seja afirmativa – se este explica, em alguma medida, a redução das disparidades inter-regionais de renda per capita. Neste caso, é plausível supor que novas relações inter-metropolitanas, assim como entre cada uma destas e o seu entorno regional, estejam emergindo.

6. Trabalho e Desigualdades Regionais Inter-Metropolitanas

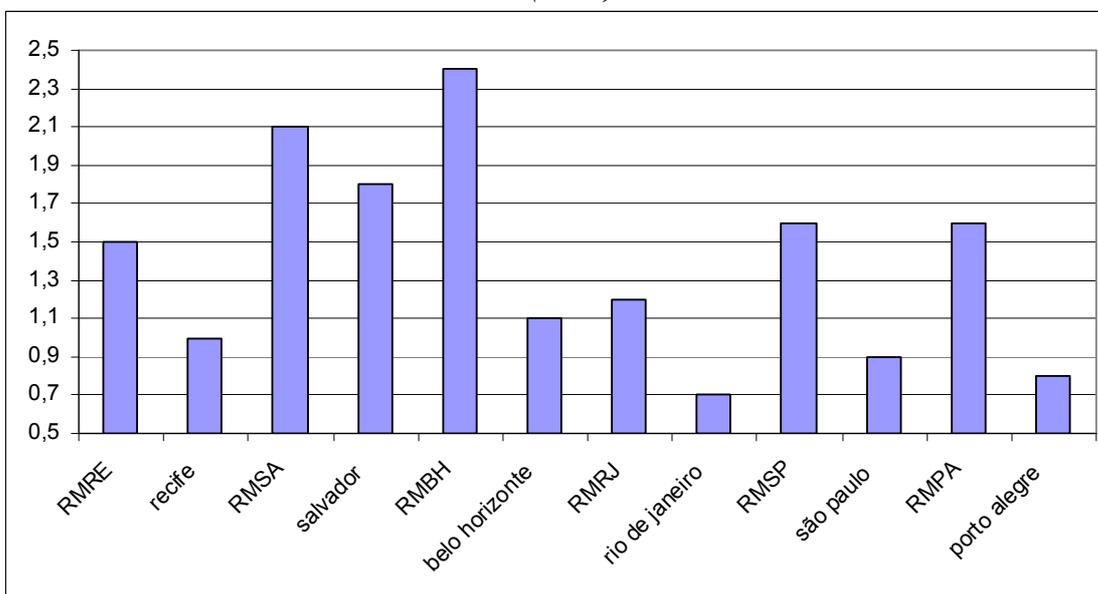
Passemos agora a uma análise da evolução dos indicadores referentes ao comportamento do mercado de trabalho nas seis principais regiões metropolitanas do país. Os dados analisados cobrem, no caso da PME, o período 1983-2005 e, no caso da RAIS, o período 1995- 2005.

Como ressaltamos anteriormente, partimos do pressuposto de que as desigualdades regionais apenas podem ser destrinchadas quando se analisa o papel estratégico das várias redes urbanas e de suas respectivas regiões metropolitanas no espaço nacional. Por isto, aqui privilegiaremos a questão da desigualdade inter-metropolitana.

Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que nas 6 regiões metropolitanas o crescimento populacional da capital, entre 1991 e 2000, mostrou-se inferior ao do demais municípios. Em todas elas, a capital reduziu a sua participação na região metropolitana, com especial destaque para São Paulo. As regiões metropolitanas com maiores acréscimos populacionais foram Belo Horizonte e Salvador – 2,4% e 2,1% na média anual, respectivamente -, seguidas de Porto Alegre e São Paulo.

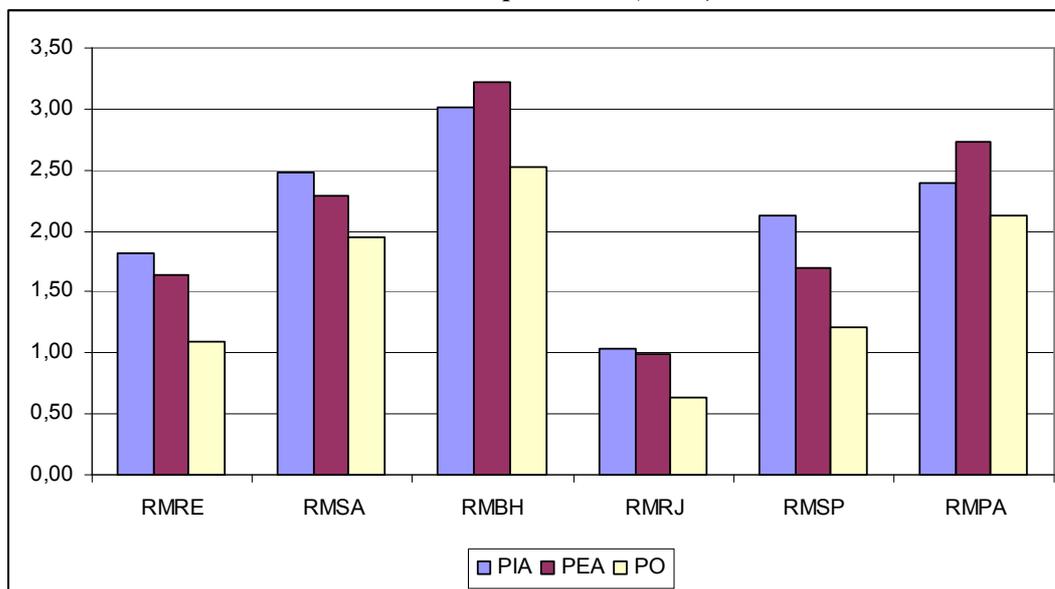
Ao avaliarmos os agregados populacionais, observa-se que a PEA cresceu à frente da população ocupada para todas as metrópoles, ocasionando a elevação das taxas de desemprego ao longo dos anos noventa. Em duas delas, Porto Alegre e Belo Horizonte, a PEA cresceu à frente da PIA, ocasionando uma elevação na taxa de participação, provavelmente ocasionada pelo incremento mais forte da ocupação nestes dois casos, atraindo fluxos migratórios intra e inter-regionais.

Gráfico 4 – Crescimento Demográfico Médio Anual entre 1991 e 2000 – RM's e suas Capitais (em %)



Fonte: Censos Demográficos.

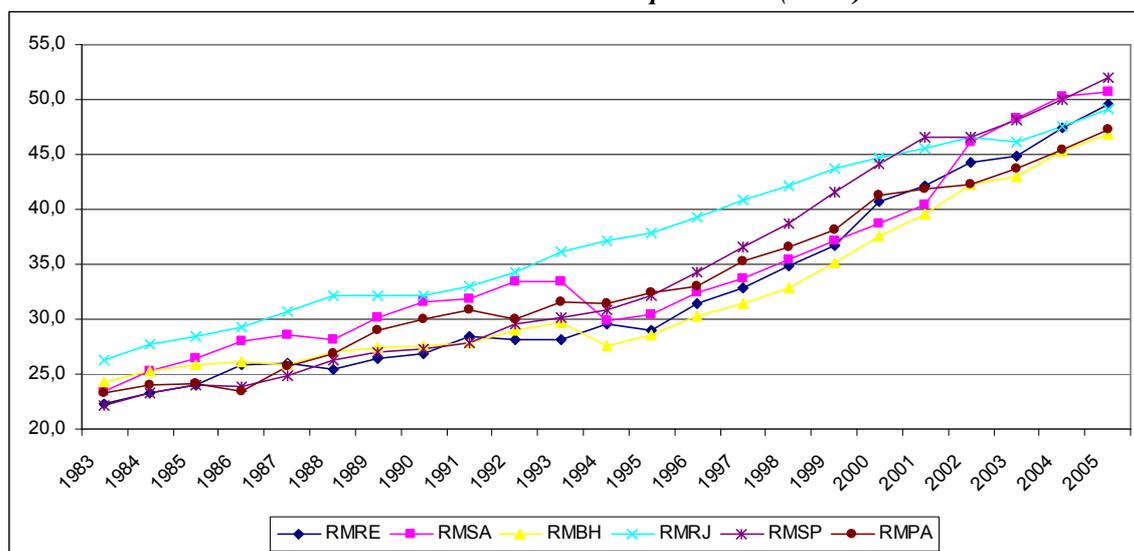
Gráfico 5 – Crescimento Médio Anual dos Agregados Populacionais entre 1991 e 2000 nas 6 Principais RM's (em %)



Fonte: Censos Demográficos.

Procuramos agora perceber se houve mudanças ocupacionais, no perfil da força de trabalho e no nível de renda média entre as regiões metropolitanas, no sentido de apontar para uma redução das desigualdades inter-metropolitanas.

Gráfico 6 – Participação dos Ocupados com Ensino Médio e Superior no Total de Ocupados entre 1983 e 2005 nas 6 Principais RM's (em %)



Fonte: PME/IBGE.

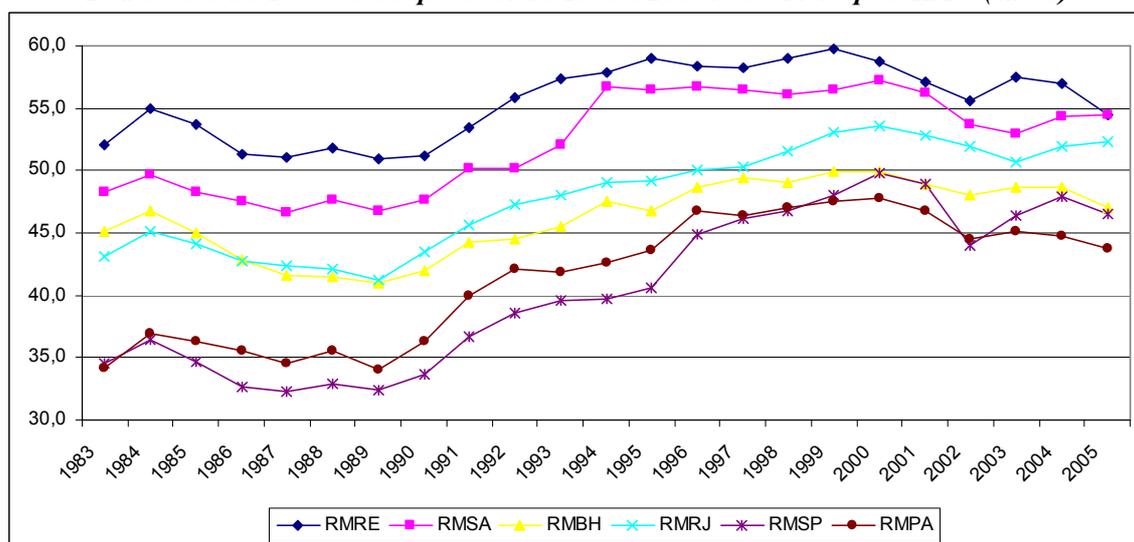
O gráfico acima aponta de forma inegável a maior participação dos grupos de elevada escolaridade - média e superior – no total de ocupados para todas as regiões metropolitanas ao longo dos últimos vinte anos. De cerca de 25% no início dos anos 80, esta participação salta para cerca de 50% em 2005. Rio de Janeiro e Belo Horizonte possuíam as maiores participações de ocupados com nível médio e superior em 1983, sendo superados por São Paulo em 2005, agora sucedida agora por Salvador e Recife. Ou seja, a desigualdade em termos de perfil educacional dos ocupados já era de pequena monta no início dos anos noventa, não tendo se alterado de forma expressiva ao longo dos 20 anos subsequentes, quando inclusive as metrópoles do Nordeste apresentaram um desempenho mais favorável. Estes dados trazem problemas para as explicações que procurem ver os diferenciais de renda inter-metrópoles como oriundos essencialmente dos diferenciais educacionais.

Uma outra transformação, ocorrida especialmente ao longo dos 90, refere-se à crescente precarização do mercado de trabalho, com expansão dos vínculos informais e do chamado setor não-organizado do mercado de trabalho. Neste caso, as diferenças mantêm-se relevantes entre as metrópoles nordestinas e as do Centro-Sul.

Mas o dado mais relevante está relacionado à queda destas disparidades especialmente ao longo dos anos 90. Quando avaliamos a participação dos sem carteira, conta-própria e domésticos no total dos ocupados, a diferença entre Recife e Salvador com relação às demais metrópoles era de 20 pontos percentuais no início dos anos 80, estabilizando em torno de 10 pontos percentuais ao final dos anos 90. Se a participação destes segmentos tende a um comportamento anti-cíclico ao longo do período, na década passada o crescimento da informalidade assume uma velocidade maior nas metrópoles do Centro-Sul, provavelmente mais afetadas pela concorrência externa e pela instabilidade econômica.

Deve-se ressaltar que o indicador aqui utilizado como *proxy* da informalidade mostra-se insuficiente, já que existem diversas inserções ocupacionais por trás das categorias empregado sem carteira e contra-própria. Ainda assim, acredita-se que o sentido geral do movimento possa ser captado por este indicador.

Gráfico 7 – Participação dos Empregados sem Carteira, dos Autônomos e dos Trabalhadores Domésticos no Total de Ocupados entre 1983 e 2005 nas 6 Principais RM's (em %)



Fonte: PME/IBGE.

Quanto à distribuição dos ocupados por estratos sócio-ocupacionais, vale ressaltar algumas transformações gerais experimentadas por todas as regiões metropolitanas no período 1983-2005. Em primeiro lugar, houve uma redução do estrato de administradores e gerentes, a qual foi geralmente compensada pela maior participação dos estratos de profissionais. Tal processo se explica, em grande medida, pela generalização da terceirização nas metrópoles brasileiras.

Quando considerados conjuntamente estes dois estratos, percebe-se um aumento da sua participação em São Paulo e Rio de Janeiro e queda nas demais metrópoles. Outro fato interessante foi a elevação do não-manual de rotina para todas as metrópoles, o que pode indicar uma mobilidade descendente dos grupos de elevada qualificação média. Na base da pirâmide social, os trabalhadores manuais não qualificados perderam espaço para os manuais qualificados, mais uma vez para todas as metrópoles.

Tabela 2 – Participação dos Estratos Sócio-Ocupacionais no Total dos Ocupados das 6 Principais RM's (em %)

	RMRE	RMSA	RMBH	RMRJ	RMSP	RMPA	
1983	Profissionais	4,3	4,5	4,6	4,9	3,8	4,8
	Adm. e ger.	10,9	10,3	11,4	11,5	12,2	12,6
	Não manual de rotina	20,1	19,3	20,8	21,5	20,9	21,6
	Manual qualif.	18,2	19,1	18,5	19,1	21,1	18,5
	Manual não-qualif.	46,6	46,8	44,8	43,0	42,0	42,5
2005	Profissionais	7,5	7,1	7,7	10,5	7,9	8,6
	Adm. e ger.	6,6	5,4	6,9	6,7	8,4	5,5
	Não manual de rotina	26,5	25,8	24,6	25,6	25,8	25,7
	Manual qualif.	29,4	29,6	29,6	28,9	30,0	29,1
	Manual não-qualif.	30,1	32,1	31,2	28,2	27,9	31,1

Fonte: PME/IBGE.

O traço que diferencia as metrópoles – neste caso Rio de Janeiro e São Paulo das demais – é a maior participação dos segmentos de administradores, gerentes e profissionais (superior a 16%), cuja diferença aumentou no período analisado, e a menor participação dos manuais não-qualificados. Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador possuíam uma estratificação sócio-ocupacional bastante similar em 2005, tendo Porto Alegre se apartado crescentemente de Rio de Janeiro e São Paulo ao longo do período.

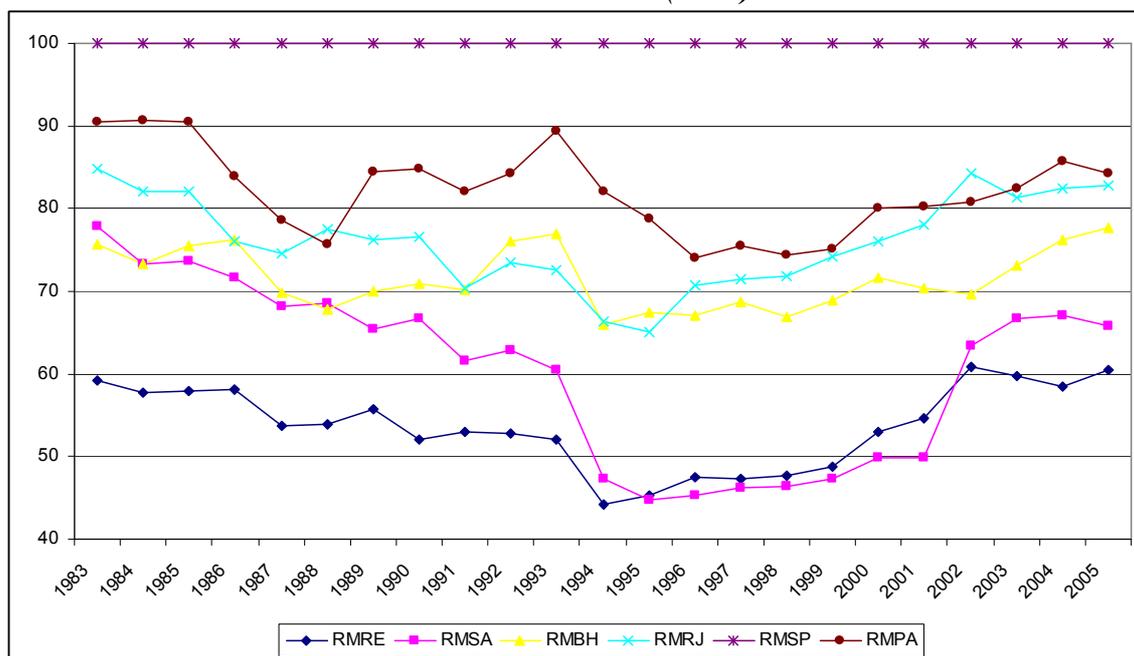
Ou seja, estas diferenças inter-metropolitanas, ainda que importantes, não apresentaram rupturas drásticas nos últimos vinte anos. Além disso, não se pode dizer que existam diferenças abissais em termos de estratificação sócio-ocupacional, as quais teriam sido, em alguma medida, reduzidas ao longo do período de industrialização.

Como tentaremos mostrar agora, as principais disparidades se situam nos níveis de renda, nas configurações produtivas e nas formas peculiares de segmentação do mercado de trabalho em cada espaço metropolitano.

O gráfico acima aponta para o fato de que em todas as 5 regiões metropolitanas analisadas o diferencial de renda com São Paulo ampliou-se durante os extremos do período. Contudo, diferenças marcantes verificam-se entre 1983 e 2000.

Em linhas gerais, a renda média das outras regiões metropolitanas decresce em relação a São Paulo ao longo dos anos 80 até o final da década de 90 quando se experimenta uma estabilização, seguida de reversão de 2000 em diante, mas não a ponto de voltar ao quadro inicial, a não ser nos casos de Recife e Belo Horizonte.

Gráfico 8 – Percentual da Renda Média dos Ocupados nas 5 RM's com relação à Renda Média da Grande São Paulo (em %)



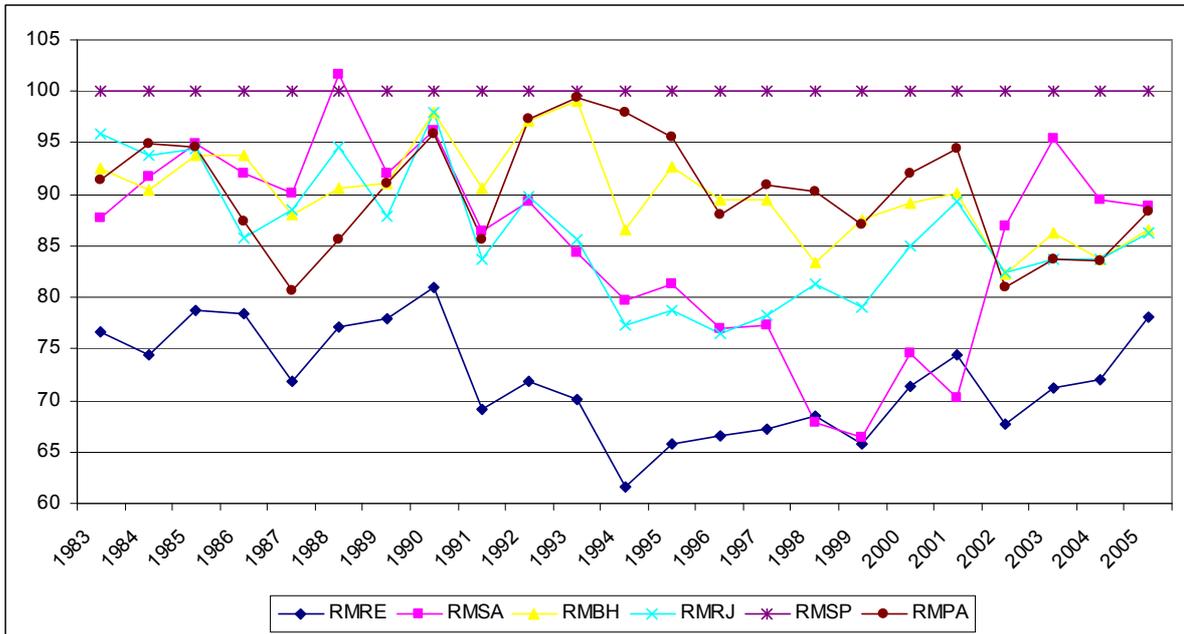
Fonte: PME/IBGE.

É importante ressaltar que os períodos de 1983-1989 e 1993-1996 se destacam por serem períodos de elevação da renda média, enquanto os anos de 1989-1992 e 1997-1999 se caracterizam pela queda. Depois as oscilações se fazem mais frequentes, com elevação em 2000, queda entre 2001 e 2003, e tendência de recuperação a partir de então.

Ou seja, no quesito renda, ao contrário das demais variáveis, não se verifica uma tendência de redução das disparidades inter-metropolitanas. Pelo contrário, esta se agrava. Por outro lado, a reversão desta tendência no período pós-2000 ainda não permite dizer se novas condições estruturais encontram-se em operação nos mercados de trabalho metropolitanos.

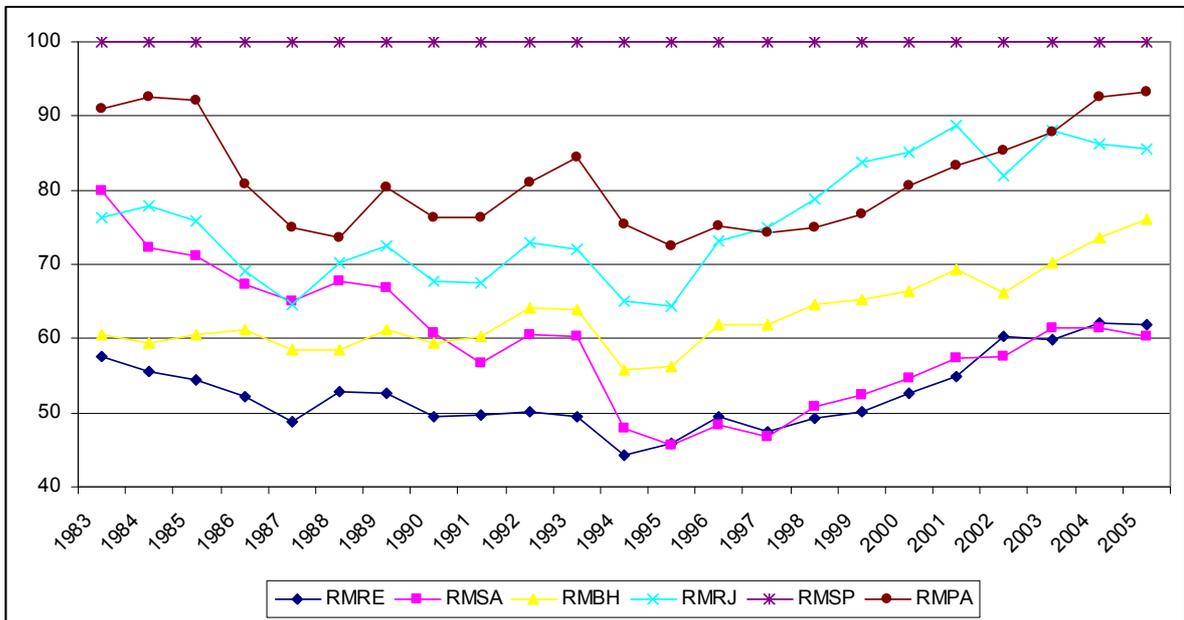
Os gráficos 9 e 10 abaixo nos auxiliam na compreensão do fenômeno das desigualdades de renda inter-metropolitanas. Ainda que as oscilações sejam maiores, é a renda média dos estratos profissionais que explica boa parte desta ampliação da desigualdade de renda entre São Paulo e as outras metrópoles nos anos 90, bem como a parcial redução daí em diante. Tal fato não chega a ser surpreendente, quando se sabe da elevada concentração de renda no Brasil, fazendo com que os grupos mais ricos possuam uma participação de destaque no total da massa de rendimentos.

Gráfico 9 – Percentual da Renda Média dos Profissionais nas 5 RM's com relação à Renda Média da Grande São Paulo (em %)



Fonte: PME/IBGE.

Gráfico 10 – Percentual da Renda Média dos Manuais Não-Qualificados nas 5 RM's com relação à Renda Média da Grande São Paulo (em %)



Fonte: PME/IBGE.

Por outro lado, ao analisarmos a evolução da renda média dos estratos de trabalhadores manuais não qualificados, observa-se um movimento algo diverso. Nos extremos do período, o diferencial de renda com São Paulo cai para todas as metrópoles, com a exceção de Salvador. Aqui, entretanto, dois períodos se apresentam de forma bem pronunciada.

De 1983 até 1994, verifica-se uma ampliação da desigualdade de renda inter-metropolitana para os estratos de baixos rendimentos. De 1995 em diante, coincidindo com o período de recuperação do poder de compra do salário mínimo, os diferenciais reduzem-se de forma considerável.

Parece não haver dúvidas quanto ao papel da valorização do salário mínimo como redução da desigualdade entre os pobres das regiões. Entretanto, como vimos, para que o diferencial de renda média se reduza entre as regiões, o que acontece nos grupos médios e altos da estratificação-ocupacional parece ser mais importante, não só por uma questão estatística, mas pelo fato de que dependem mais das configurações produtivas de cada metrópole e menos de fatores relacionados ao excedente de oferta de trabalho disponível.

Vale ressaltar que uma parte destas diferenças de renda inter-metropolitanas muito provavelmente esteja superestimada, já que não foram computados os custos de vida. Mesmo assim, os movimentos acima transcritos indicam trajetórias robustas em um ou outro sentido, as quais se mantêm mesmo quando considerados os custos diferenciais das metrópoles para cada grupo de renda ou estrato sócio-ocupacional.

A tabela abaixo, partindo apenas dos ocupados formais, fornece uma idéia das desigualdades de renda inter e intra-metropolitanas para o período 1995 e 2005, quando houve uma aproximação da renda média entre os segmentos mais pobres das regiões metropolitanas analisadas. Merece destaque especialmente o fato de que – quando comparamos São Paulo com Recife, por exemplo – o diferencial de renda entre os 10% mais ricos de cada região passou de 32% para 56% entre 1995 e 2005. Já quando se analisam os 10% mais pobres, depreende-se que o mesmo diferencial decresce abruptamente, passando de 51% para 23%.

Em síntese, a desigualdade de renda passa a ser menor em Salvador e Recife, enquanto Rio de Janeiro e São Paulo se afirmam como crescentemente desiguais. É preciso cautela para interpretar estes dados, pois eles se referem ao setor formal. Incorporado o setor informal na análise - de maior magnitude nas regiões metropolitanas nordestinas e com diferencial de renda inter-metropolitana mais expressivo, além de menos afetado pelo salário mínimo – os dados seriam sobremaneira distintos, atenuando o impacto da redução da desigualdade.

Por outro lado, esta desigualdade maior verificada nas metrópoles do Centro-Sul resulta de duas realidades que as particularizam. Primeiro, o salário mínimo não tem aqui o mesmo papel de elevação dos níveis de renda da base do mercado de trabalho, já que a média salarial dos trabalhadores manuais não-qualificados situa-se acima deste valor. Segundo, a expansão e/ou manutenção dos níveis médios de remuneração dos mais ricos nestas duas metrópoles, ao contrário das demais onde se presenciou uma queda importante, sempre para o período 1995-2005, provavelmente está associada a novas configurações produtivas,

especialmente relacionada a uma concentração dos serviços tecnológicos e de alto valor agregado.

Tabela 3 – Média de Renda * do Pessoal Ocupado Formal, dos 10% Mais Ricos, dos 10% mais Pobres e Relação entre Renda Média dos 10% Mais Ricos e 10% Mais Pobres em 1995 e 2005

	1995			2005			Relação 1995 (A/B)	Relação 2005 (A/B)
	Renda média	10% mais ricos (A)	10% mais pobres (B)	Renda média	10% mais ricos (A)	10% mais pobres (B)		
São Paulo	1.709	6.630	335	1.621	6.664	353	19,8	18,9
Rio de Janeiro	1.384	5.982	245	1.419	6.184	319	24,4	19,4
Belo Horizonte	1.388	5.770	239	1.221	4.981	302	24,1	16,5
Porto Alegre	1.487	6.258	289	1.444	5.955	337	21,6	17,7
Salvador	1.273	5.396	223	1.202	5.001	297	24,2	16,8
Recife	1.139	5.005	222	1.014	4.264	286	22,6	14,9

Fonte: Rais/MTE.

* valor em reais de 2005. Deflator: ICV/DIEESE.

Proseguindo na análise dos dados para o mercado de trabalho formal entre 1995 e 2005, pode-se observar o incremento do emprego formal total no setor privado. Ressalte-se que este desempenho reflete em grande medida o ocorrido pós-2000, pois até então o país, mais especialmente nas regiões metropolitanas, via encolher a massa de trabalhadores formais.

O desempenho de Salvador aparece claramente à frente dos demais, com uma expansão do emprego formal privado de 4,5% ao ano, seguido por Belo Horizonte e Porto Alegre. O Rio de Janeiro apresenta uma expansão de apenas 1,16% do emprego formal privado. Estas diferenças somente podem ser elucidadas quando se analisa o engajamento de cada região metropolitana nos setores dinâmicos da economia nacional, mas também a sua vinculação como centro minimamente endógeno, dotado de articulações densas no plano regional.

Tabela 4 – Pessoal Ocupado Formal no Setor Privado para as 6 RM's e Variação Relativa – 1995 e 2005

Regiões Metropolitanas	PO Total*		Var (%)	Var efetiva anual (%)
	1995	2005		
São Paulo	3.433.360	4.410.020	28,4	2,53
Rio de Janeiro	1.722.320	1.932.900	12,2	1,16
Belo Horizonte	750.900	1.029.520	37,1	3,21
Porto Alegre	640.940	832.580	29,9	2,65
Salvador	376.540	584.680	55,3	4,50
Recife	431.460	523.380	21,3	1,95

Fonte: Rais/MTE.

* valores aproximados.

Quanto à distribuição do total de ocupados formais por grau de escolaridade, observa-se um movimento ascendente generalizado para todas as regiões metropolitanas analisadas, tal como descrito anteriormente.

Tabela 5 – Pessoal Ocupado Formal por Grau de Escolaridade para as 6 RM's – 1995 e 2005 (em %)

		Ens. Fund. incompleto	Ens. Fund. completo	Ens. Médio completo	Ens. Superior completo
RMSP	1995	39,7	23,1	21,3	15,1
	2005	17,4	22,2	40,3	20,0
RMRJ	1995	35,1	23,5	27,5	12,8
	2005	18,6	24,8	36,6	20,0
RMBH	1995	40,2	21,8	24,2	13,4
	2005	20,3	21,7	33,2	24,7
RMPOA	1995	38,6	23,5	22,9	14,4
	2005	20,0	25,6	37,3	17,1
RMSA	1995	29,9	20,2	35,5	13,3
	2005	13,8	17,8	48,7	19,7
RMRE	1995	39,3	21,4	23,2	14,7
	2005	19,4	21,9	40,7	18,0

Fonte: Rais/MTE.

Tabela 6 – Pessoal Ocupado Formal no Setor Privado por Grau de Escolaridade para as 6 RM's – 1995 e 2005 (em %)

		Ens. Fund. incompleto	Ens. Fund. completo	Ens. Médio completo	Ens. Superior completo
RMSP	1995	47,0	24,6	18,2	9,4
	2005	19,9	24,7	41,2	14,2
RMRJ	1995	40,2	25,2	23,0	10,4
	2005	21,6	27,9	36,9	13,6
RMBH	1995	49,8	23,7	18,5	7,3
	2005	25,0	28,7	37,6	8,8
RMPOA	1995	44,9	26,2	20,0	8,2
	2005	23,0	29,2	38,4	9,4
RMSA	1995	35,4	23,3	31,8	8,0
	2005	16,2	22,1	51,7	10,0
RMRE	1995	42,7	21,5	23,8	10,4
	2005	23,6	21,7	44,9	9,8

Fonte: Rais/MTE.

Porém, as diferenças sobressaem quando se compara apenas a distribuição dos ocupados formais do setor privado para as várias áreas metropolitanas. Aqui mais uma vez se destacam Rio de Janeiro e São Paulo, com participação de em torno de 14% dos ocupados com curso superior. As metrópoles do Nordeste - e surpreendentemente também Belo Horizonte - sofrem uma drástica queda do percentual de ocupações com curso superior quando se compara o emprego total com o privado, especialmente em 2005, o que se deve ao papel do setor público para a inserção dos indivíduos de maior qualificação nestas áreas.

Vale à pena indicar a peculiaridade de Salvador, que possui a maior participação de ocupados com ensino médio completo, 48,7%, e a menor de ocupados com ensino fundamental incompleto (13,8%) no ano de 2005.

As próximas tabelas permitem avaliar o papel das configurações produtivas na manutenção das desigualdades de renda inter-metropolitanas. Tanto a indústria moderna como a tradicional reduz a sua participação no total do emprego em todas as regiões metropolitanas, com a exceção da indústria moderna para Salvador. Por outro lado, quando se avalia a participação de cada região no agregado metropolitano (total das 6 metrópoles), observa-se uma perda de participação de São Paulo e Rio de Janeiro e um ganho das demais regiões metropolitanas tanto na indústria moderna como na tradicional. E mais, o emprego industrial eleva-se em termos absolutos para todas as regiões metropolitanas, com a exceção de Rio de Janeiro e São Paulo.

A despeito de toda a discussão sobre a perda de primazia industrial da Grande São Paulo, esta ainda se caracterizava por 63% dos empregos da indústria moderna no agregado metropolitano para o ano de 2005. E mais, é na indústria moderna que a participação de São Paulo no agregado metropolitano se faz mais relevante dentre todos os setores de atividade.

Paralelamente, a participação dos serviços distributivos no emprego total eleva-se, entre 1995 e 2005, em todas regiões metropolitanas, com a exceção de Recife e Salvador. Nesta última metrópole, é verdade, presencia-se uma importante elevação dos serviços produtivos no emprego total, a ponto de superar o percentual de Porto Alegre e Belo Horizonte. A única metrópole a perder participação nos serviços produtivos é Recife.

Outro parêntese aqui se faz necessário. Apesar da perda de participação do Rio de Janeiro no total de empregos gerados no setor serviços produtivos no agregado metropolitano entre 1995 e 2005, a participação desta região metropolitana junto com São Paulo neste setor atingia a casa de 70% para o último ano do período. Depois da indústria moderna, é justamente no setor de serviços produtivos onde se apresenta a maior concentração na RMSP do emprego do agregado metropolitano, chegando a quase 50% em 2005.

Mais importante ainda, é justamente a maior dimensão do setor de serviços produtivos que parece explicar parcela da diferença entre estas duas metrópoles e as demais em termos de renda média, de percentual de ocupados com curso superior no setor privado e de participação dos estratos de administradores, gerentes e profissionais no conjunto da estrutura sócio-ocupacional.

Enquanto o emprego nos serviços pessoais expande-se mais que a média em todas as regiões metropolitanas, no caso dos serviços sociais, isto se dá apenas em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Já a participação do setor governo – que inclui apenas a administração pública direta – apenas se eleva entre 1995 e 2005 para a região metropolitana de Recife.

O caso de Salvador é um dos mais reveladores. Isto porque se trata de uma metrópole com elevados níveis de desigualdade e polarização social, mas que vem adquirindo envergadura em setores como a indústria moderna, os serviços produtivos e os serviços sociais. É isto que assegura o seu dinamismo e, sob este aspecto, ela se parece mais com Porto Alegre e Belo Horizonte do que com Recife.

Aliás, a elevada participação de Salvador no emprego em construção civil do agregado metropolitano – 10% em 2005, contra uma participação média da RMSA na ocupação de 7% - revela as transformações urbanas por que vem passando esta metrópole. Entretanto, quando o olhar se lança para os serviços pessoais e o setor informal, ela guarda mais semelhança com a relativamente estagnada metrópole de Recife.

Tabela 7 – Pessoal Ocupado Formal por Setor de Atividade para as 6 RM's – 1995 e 2005 (em %)

	RMSP		RMRJ		RMBH		RMPOA		RMSA		RMRE	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Ind. Moderna	16,2	11,7	5,8	4,4	7,8	7,0	10,6	9,8	3,9	4,3	4,1	3,8
Ind. Tradicional	9,2	6,3	6,6	4,4	6,7	5,0	14,0	12,5	4,8	3,2	8,8	7,3
Construção Civil	5,0	3,5	4,3	3,3	7,4	7,0	3,6	3,4	5,7	6,0	5,6	5,1
Serv. Distributivos	18,3	21,9	22,2	24,5	17,2	19,0	18,7	20,4	19,3	19,0	20,5	19,7
Serv. Produtivos	18,9	23,8	21,4	23,6	17,2	20,5	15,0	16,3	17,6	21,9	20,5	20,4
Serv. Sociais	6,9	7,8	9,1	10,2	7,7	7,2	8,9	8,6	7,7	9,0	8,4	7,8
Serv. Pessoais	4,1	4,4	5,7	6,7	3,7	4,1	3,5	4,0	3,5	4,7	3,3	5,1
Governo	18,8	18,5	20,8	19,6	27,9	26,4	22,8	22,2	33,9	28,8	22,2	26,8
Outros	1,8	2,1	2,6	3,4	3,6	3,9	2,3	2,8	2,2	3,1	5,2	4,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Rais/MTE.

Tabela 8 – Participação de cada RM no Total de Ocupações das 6 Principais RM's por Setor de Atividade – 1995 e 2005 (em %)

	RMSP		RMRJ		RMBH		RMPOA		RMSA		RMRE	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Ind. Moderna	66,3	62,9	12,4	10,5	8,1	9,9	8,6	10,5	2,2	3,5	2,3	2,7
Ind. Tradicional	48,3	46,5	18,3	14,6	9,0	9,8	14,7	18,3	3,4	3,6	6,2	7,2
Construção Civil	43,8	38,5	19,8	16,3	16,6	20,5	6,3	7,4	6,9	10,0	6,6	7,4
Serv. Distributivos	42,1	45,9	26,7	23,2	10,2	10,6	8,6	8,6	6,1	6,1	6,3	5,5
Serv. Produtivos	44,3	48,4	26,3	21,6	10,3	11,1	7,0	6,6	5,6	6,8	6,5	5,5
Serv. Sociais	39,1	42,2	27,1	25,0	11,3	10,3	10,1	9,3	6,0	7,5	6,4	5,6
Serv. Pessoais	42,2	41,2	30,9	28,1	9,9	10,1	7,4	7,5	5,0	6,8	4,6	6,3
Governo	38,4	39,5	22,2	18,9	14,6	15,0	9,3	9,5	9,4	9,4	6,1	7,6
Outros	32,9	33,3	24,1	24,8	16,6	16,5	8,3	9,0	5,4	7,7	12,6	8,6
Total	44,4	45,4	23,2	20,5	11,4	12,1	8,9	9,1	6,1	7,0	6,0	6,0

Fonte: Rais/MTE.

Finalmente, podemos nos ater – utilizando São Paulo como parâmetro - às diferenças de renda inter-metropolitanas por setor de atividade. Os setores da indústria moderna e de governo são aqueles onde os diferenciais com relação a São Paulo mostram-se menores ou em vias de redução. No primeiro caso, pela elevada produtividade, e no segundo por determinantes alheios ao mercado. Isto acontece em todas as metrópoles, com a exceção de Recife, onde mesmo nestes setores os diferenciais com São Paulo se ampliam no período analisado. A mesma tendência, aliás, verifica-se também no setor de construção civil, em processo de modernização, com a exceção mais uma vez de Recife.

Tabela 9 – Percentual da Renda Média de cada RM com relação à Renda Média da RMSP por Setor de Atividade – 1995 e 2005 (em %)

	RMRJ		RMBH		RMPOA		RMSA		RMRE	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Ind. Moderna	77	110	73	75	72	80	130	123	64	59
Ind. Tradicional	71	78	65	65	60	65	63	56	62	55
Construção Civil	82	94	73	69	76	80	68	74	53	53
Serv. Distributivos	81	80	66	61	85	76	69	60	65	60
Serv. Produtivos	87	90	85	69	96	82	79	63	69	55
Serv. Sociais	78	72	81	71	99	99	75	71	60	49
Serv. Pessoais	63	72	56	66	75	75	60	65	52	64
Governo	101	108	106	89	116	114	79	82	92	79
Outros	85	95	91	83	99	94	78	78	51	57
Total	81	88	81	75	87	89	74	74	67	63

Fonte: Rais/MTE.

Já nos setores de serviços distributivos, produtivos e sociais – justamente aqueles que aumentam a sua participação no emprego total de São Paulo, mas também de São Paulo no agregado metropolitano – os desníveis em termos de renda média se ampliam em favor da metrópole paulistana. A única exceção são os serviços sociais de Porto Alegre, os quais mantêm a mesma renda média que São Paulo.

Ainda que outros cruzamentos sejam necessários com intuito de comprovar esta hipótese, parece plausível supor que uma redução sustentável das disparidades de renda entre as regiões metropolitanas dependa menos de políticas importantes como a valorização do salário mínimo – as quais trazem certa homogeneização para a base dos mercados de trabalho metropolitanos – do que de esforços no sentido de aumentar a densidade de atividades de maior produtividade e mais intensivas em conhecimento nas demais metrópoles, ainda que este esforço seja de alguma forma limitado pelas economias de escala ou de urbanização distribuídas de maneira desigual entre as regiões metropolitanas.

Simultaneamente, esta redução da desigualdade de renda inter-metropolitana depende das várias dinâmicas regionais, e por sua vez da dinâmica macroeconômica e do modelo de desenvolvimento e de inserção externa. Caso o processo de desconcentração produtiva se dê apenas em alguns segmentos da indústria e não se amplie a oferta e demanda de serviços produtivos em escala regional, originando novos papéis e funções a estas metrópoles, de modo a habilitá-las inclusive para que se especializem em alguns nichos de modo a disputar o mercado capitaneado pela Grande São Paulo, e a desconcentração de renda observada no período recente terá fôlego curto.

Considerações Finais

O presente texto procurou dar conta de dois desafios, um teórico e outro empírico. Em primeiro lugar, tentou-se discutir os limites de uma visão que procura separar a questão da concentração da produção do problema do diferencial regional entre as rendas per capita, ou então que encara a determinação unicamente do segundo para o primeiro plano, não percebendo que esta possui mão dupla.

A realidade econômica e social não habita um espaço morto, mas se estrutura a partir da história de uma nação, que se transforma as dinâmicas regionais, ao mesmo tempo é transformada por elas, num contexto internacional dado, mas também mutável.

Quando se analisa a experiência brasileira, observa-se que a tendência de descentralização regional da produção e de convergência entre as rendas per capita regionais não se afirmou de maneira contundente. A explicação para tal fato não se encontra nas supostas falhas de mercado, e nem tampouco na teoria do capital humano, mas na dinâmica complexa do capitalismo nacional, que mantém relações contraditórias com a economia internacional.

Paralelamente, muitas vezes ao se analisar a dinâmica regional, perde-se de vista as conformações desiguais do mercado de trabalho no espaço. Se o Brasil possui um mercado de trabalho nacional, este encontra-se situado regionalmente, o que se comprova pelas especificidades das estruturas sócio-ocupacionais e pelos diferentes nexos entre os setores formal e informal nos vários estados e micro-regiões.

De modo a alterar a conformação regional dos mercados de trabalho, faz-se necessário atuar sobre as formas da concentração da produção, as quais tendem a levar a uma rígida e elevada desigualdade regional das rendas per capita.

Não se pode desconsiderar tampouco o papel das relações econômicas inter-metropolitanas e da interação das metrópoles com seu entorno regional, o que possui implicações sobre o mercado de trabalho. Neste sentido, novas interações das metrópoles com seu entorno regional dependem de uma mudança da dinâmica inter-metropolitana, e vice-versa.

A partir dos dados utilizados no texto, observa-se que apesar da menor diferença entre as seis principais metrópoles em termos de nível de informalidade e grau de escolaridade, as desigualdades em termos de renda e de estratificação-ocupacional mantiveram-se relevantes, ou se ampliaram, especialmente no caso dos grupos de maior renda. Isto se deve ao maior relevo que as atividades do setor de serviços produtivos possuem em São Paulo e Rio de Janeiro. Também assim se pode explicar o maior dinamismo de Salvador, que se posta ao lado de Belo-Horizonte e Porto Alegre, deixando Recife numa posição mais distanciada.

A menor diferença de renda inter-metropolitana nos grupos de mais baixa renda deve-se, em grande medida, aos efeitos do salário mínimo. Porém, os impactos desta medida têm sido insuficientes para gerar uma nova dinâmica produtiva - menos concentrada tanto em termos inter-metropolitanos como intra-regionais - e viabilizar não apenas uma redução da

desigualdade inter-regional, mas uma reversão da precarização do mercado de trabalho, tanto para as metrópoles mais “avançadas” como para as mais “atrasadas”.

Ou seja, o nó da questão parece residir no potencial de se renovar as complementaridades produtivas inter e intra-regionais, de modo a forjar novas solidariedade econômicas espaciais, que se associem a um duplo movimento de expansão do mercado interno e de inserção externa mais dinâmica e qualificada.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti (2000). Viabilidade do Nordeste no Século XXI, in: Brasil 500 Anos: Futuro, Presente, Passado, João Paulo dos Reis Velloso, org. Rio de Janeiro: José Olympio.

ARAÚJO, Tarcísio Patrício de e Roberto Alves Lima (2007). Estrutura Ocupacional e Renda do Trabalho no Brasil: Traços Recentes de Desigualdades Regionais e Sociais, in: Brasil e Nordeste: Ocupação, Desemprego e Desigualdade, Júnior Macambira e Sandra Maria dos Santos, orgs. Fortaleza: IDT: BNB.

AZZONI, Carlos Roberto (1986). Indústria e Reversão da Polarização no Brasil, in: Série Ensaio Econômicos, n. 58. São Paulo: IPE/USP.

AZZONI, Carlos Roberto (2002). Sobre a Necessidade de Política Regional, in: Unidade e Fragmentação: a Questão Regional no Brasil, Anita Kon, org. São Paulo: Perspectiva.

BACELAR, Tânia (2006). Revisitando a Questão Regional, in: Cadernos do Desenvolvimento, ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

BALTAR, Paulo e Eugênia Leone (2007). Formalização dos Contratos de Trabalho e Ocupação Informal no Nordeste, in: Brasil e Nordeste: Ocupação, Desemprego e Desigualdade, Júnior Macambira e Sandra Maria dos Santos, orgs. Fortaleza: IDT: BNB.

CANO, Wilson, Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930-1995, Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1998, 2ª edição

CARLEIAL, Liana Maria (1993). A Questão Regional no Brasil Contemporâneo, in: Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil, Lena Lavinas, Liana Maria Carleial e Maria Regina Nabuco, orgs. São Paulo: Hucitec.

DINIZ, Clélio Campolina (2000). A Nova Geografia Econômica do Brasil, in: Brasil 500 Anos: Futuro, Presente, Passado, João Paulo dos Reis Velloso, org. Rio de Janeiro: José Olympio.

DINIZ, Clélio Campolina (2001). A Questão Regional e as Políticas Governamentais no Brasil, in: Texto para Discussão, n. 159. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG.

FERREIRA, Carlos Maurício (1989). As Teorias da Localização e a Organização Espacial da Economia, in: Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise, Paulo Haddad, Carlos Maurício Ferreira, Sérgio Boisier e Thompson Almeida Andrade, orgs., Fortaleza: BNB.

FRIEDMANN, John (1975). A Estratégia dos Pólos de Crescimento como Instrumento de Política de Desenvolvimento, in: Cadernos de Teoria e Conhecimento 6. Porto: Edições Res Limitada.

FURTADO, Celso (1959). A Operação Nordeste, in: Textos Brasileiros de Economia, n. 5. Rio de Janeiro: ISEB.

FURTADO, Celso (1981) Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste, in: Novos Estudos Cebrap, vol. 1, n. 1. São Paulo: Cebrap.

FURTADO, Celso (1989). A Fantasia Desfeita. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª. Edição.

GOMES, Gustavo Maia (1996). Política Regional: pontos de Partida para uma Abordagem Contemporânea, in: A Política Regional na Era da Globalização, Coleção Debates, n. 12. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio e Nadya Araújo Castro (1990). Classes, Regimes Fabris e Mudança Social no Nordeste Brasileiro, in: Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios, Licia Valladares e Edmond Preteceille, orgs. São Paulo: Nobel.

GUIMARÃES NETO, Leonardo Neto, Da Articulação Comercial à Integração Econômica, Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1986 (Tese, Doutorado).

GUIMARÃES NETO, Leonardo e Osmil Galindo, A Produção Intelectual Recente sobre a Questão Regional no Brasil: Um Balanço dos Anos 80, in: Revista Econômica do Nordeste, vol. 21, n. 3/4. Fortaleza, julho-dezembro.

HADDAD, Paulo (1996). A Experiência Brasileira de Planejamento Regional e suas Perspectivas, in: A Política Regional na Era da Globalização, Coleção Debates, n. 12. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer.

O'HIRSHMAN, Albert (1960). Estratégia do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

JALAN, Jyotsna e Martin Ravallion (1997). Spatial Poverty Traps?, in : Policy Research Working Paper, n. 1862. Washington: Banco Mundial.

JATOBÁ, Jorge (1989). Urban Poverty, Labour Markets and Regional Differentiation in Brazil, in: Urban Poverty ad the Labour Market: Access to Jobs and Incomes in Asian and Latin American Cities, Gerry Rodgers, org. Genebra: OIT.

KON, Anita (2000), Padrões de Distribuição das Remunerações do Trabalho no Brasil: Diferenças Regionais, mimeo.

KON, Anita (2002). Evolução Produtiva e Espacialidade do Trabalho no Brasil, in: Unidade e Fragmentação: a Questão Regional no Brasil, Anita Kon, org. São Paulo: Perspectiva.

LACOSTE, Yves (1966). Geografia do Subdesenvolvimento. São Paulo: Difel.

LEMOS, Mauro Borges et al., A Organização Territorial da Indústria no Brasil, in: Inovações, Padrões Tecnológicos e Desempenho das Firms Industriais Brasileiras, João Alberto de Negri e Mário Sérgio Salerno, Brasília: IPEA, 2005.

LIPIETZ, Alain (1983). Le Capital et Son Espace. Paris: La Decouverte/Maspero, 2a. edição.

LUNA, Francisco Vidal e Herbert Klein (2007). O Brasil desde 1980. São Paulo: A Girafa Editora.

MARKUSEN, Ann (2005). Mudança Econômica Regional segundo o Enfoque Centrado no Ator, in: Economia e Território, Clélio Campolina Diniz e Mauro Borges Lemos, orgs. Belo Horizonte: Editora UFMG.

MENEZES FILHO, Naércio (2008). Como Diminuir a Desigualdade Regional no Brasil?, in: Valor Econômico, 25 de janeiro.

MYRDAL, Gunnar (1972). Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Saga, 3ª. Edição.

OLIVEIRA, Francisco de e Henri-Philippe Reichstul (1973). Mudanças na Divisão Inter-Regional do Trabalho no Brasil, in: Estudos Cebrap, n. 4. São Paulo: Cebrap.

OLIVEIRA, Francisco (1981a). Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª. Edição.

OLIVEIRA, Francisco de (1981b). Anos 70: As Hostes Errantes, in: Novos Estudos Cebrap, vol. 1, n. 1. São Paulo: Cebrap.

PACHECO, Carlos Américo, Fragmentação da Nação, Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1998.

PAES DE BARROS, Ricardo, Rosane de Mendonça e Renata Duarte (1997). Bem-Estar, Pobreza e Desigualdade de Renda: Uma Avaliação da Evolução Histórica e das Disparidades Regionais, in: Texto para Discussão, n. 454. Rio de Janeiro: IPEA.

PERROUX, François (1975). Nota sobre o Conceito de “Pólo de Crescimento”, in: Cadernos de Teoria e Conhecimento 6. Porto: Edições Res Limitada.

PESSOA, Samuel de Abreu (1999). *Economia Regional, Crescimento Econômico e Desigualdade Regional de Renda*, mimeo.

POCHMANN, Marcio (2007). *Geeconomia do Emprego no Nordeste Brasileiro*, in: *Brasil e Nordeste: Ocupação, Desemprego e Desigualdade*, Júnior Macambira e Sandra Maria dos Santos, orgs. Fortaleza: IDT: BNB.

PORTER, Michael (1998). *The Competitive Advantage of Nations*. New York: The First Press, 11a. edição.

RAMOS, Lauro e Marcelo de Ávila (2007). *A Evolução do Mercado de Trabalho na Região Nordeste: 1995 a 2005*, in: *Brasil e Nordeste: Ocupação, Desemprego e Desigualdade*, Júnior Macambira e Sandra Maria dos Santos, orgs. Fortaleza: IDT: BNB.

RICHARDSON, Harry (1973). *Regional Growth Theory*. London: Macmillan Press.

SANTOS, Milton (2003). *Economia Espacial*. São Paulo: Edusp, 2^a. Edição.

SANTOS, Milton (2005a). *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp.

SANTOS, Milton (2005b). *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Edusp, 5^a. edição.

SCOTT, Allen e Michael Storper (2003). *Regions, Globalization, Development*, in: *Regional Studies*, vol. 37.

SOUZA, Aldemir do Vale (1988). *Política de Industrialização, Emprego e Integração Regional: o Caso do Nordeste do Brasil*. Recife: Sudene.

STORPER, Michael (1996). *The Regional World*. New York: Guilford.

TINOCO, Alexandre (2007). *Das Economias de Aglomeração às Externalidades Dinâmicas de Conhecimento: Por uma Releitura de São Paulo*, mimeo.